

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
Campus Ouro Preto

EMILHA DE SOUZA

ANÁLISE DO CONFLITO PRESERVAÇÃO E ACESSIBILIDADE
MOTORA EM EDIFICAÇÕES ACAUTELADAS

OURO PRETO - MINAS GERAIS
2016

EMILHA DE SOUZA

**ANÁLISE DO CONFLITO PRESERVAÇÃO E ACESSIBILIDADE
MOTORA EM EDIFICAÇÕES ACAUTELADAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Diretoria de Graduação e Pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Conservação e Restauro de Bens Imóveis.

Orientador: Ney Ribeiro Nolasco

**OURO PRETO
MINAS GERAIS - BRASIL
2016**

Souza, Emilha de
S729a Análise do conflito preservação e acessibilidade motora
em edificações acauteladas [manuscrito] / Emilha de Souza. –
2016.
94 f. : il.

Orientador: Ney Ribeiro Nolasco.

TCC (Graduação) – Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Campus Ouro Preto.
Tecnologia em Conservação e Restauro.

1. Mobilidade reduzida. – Monografia. 2. Bens culturais
imóveis. – Monografia. 3. Restauração. – Monografia. 4.
NBR 9050:2015. – Monografia. 5. Preservação. –
Monografia. I. Nolasco, Ney Ribeiro. II. Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Campus
Ouro Preto. III. Tecnologia em Conservação e Restauro. IV.
Título.

CDU 69.059.25

Catálogo: Biblioteca Tarquínio J. B. de Oliveira - IFMG – Campus Ouro Preto

EMILHA DE SOUZA

ANÁLISE DO CONFLITO PRESERVAÇÃO E ACESSIBILIDADE
MOTORA EM EDIFICAÇÕES ACAUTELADAS

Trabalho de conclusão de curso submetido à banca examinadora designada pela Diretoria de Pesquisa, Graduação e Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Ouro Preto, como requisito obrigatório para obtenção do título de Tecnólogo em Conservação e Restauro.

Aprovado em 06 de maio de 2016, por:

Rodrigo Cesar Brogna
(UFOP)

Rodrigo Otávio de Marco Meniconi
(IFMG – Campus Ouro Preto)

Ney Ribeiro Nolasco
(Orientador)

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus,
por ser essencial em minha vida, autor de meu
destino, ao meu pai Rildo Antonio, minha mãe
Ana Dalva e meus irmãos, Manú e Luis que,
com muito carinho e apoio, não mediram
esforços para que eu chegasse até esta etapa
de minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus que permitiu que tudo isso acontecesse e por me dar saúde e força para superar as dificuldades.

Ao IFMG - Campus Ouro Preto pela oportunidade e apoio ao longo do curso.

Aos mestres e professores, em especial o meu orientador, Ney Nolasco, pela oportunidade e apoio na elaboração deste trabalho.

Aos meus pais e minha irmã, pelo apoio, incentivo e amor incondicional.

Ao meu namorado, Lucas Souza, pelo apoio e força nos momentos de mais importantes.

Às amigas, companheiras de trabalhos e irmãs na amizade, que fizeram parte da minha formação e que sempre estarão presentes em minha vida.

"Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade." (Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Prefira afrontar o mundo servindo à sua consciência, a afrontar sua consciência para ser agradável ao mundo! (Humberto de Campos)

RESUMO

A acessibilidade aos espaços públicos e coletivos é um direito da população e sua adoção em edifícios acautelados é complexa. Percebe-se a falta de estudos, pesquisas e soluções adequadas que concilie a preservação do patrimônio ao respeito a legislação de acessibilidade, afim de permitir a estes espaços receber de forma digna pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida. O objetivo geral desta pesquisa é analisar projetos de restauração, legislações e normas vigentes de acessibilidade motora junto à elaboração dos projetos, com foco no conflito preservação-acessibilidade motora, considerando as soluções adotadas em edificações tombadas de uso público e coletivo, situadas na cidade de Ouro Preto, MG. Foram objetos de estudo o Museu da Inconfidência, a Casa da Baronesa (Escritório Técnico do IPHAN) e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Para permear o estudo analisou-se três pontos importantes: a evolução da cidade, desde a concepção de Ouro Preto até se tornar um símbolo da identidade nacional e servir de inspiração para as legislações preservacionistas; as conquistas das pessoas com deficiência; por fim, as legislações e normatização sobre acessibilidade e inclusão. Após a fundamentação, a consulta aos projetos de intervenção nos edifícios em estudo permitiram identificar a prática do conceito de acessibilidade em projetos de restauração. Em seguida, houve o diagnóstico da acessibilidade motora nos imóveis através de uma Lista de Análise de Deficiência Motora, elaborada com base nos padrões antropométricos e técnicos da ABNT NBR 9050:2015 que, segue o conceito de desenho universal; acompanhado de uma Lista de Avaliação da Acessibilidade Motora nos edifícios, preenchida por uma pessoa com deficiência física após visitas in loco. A tabulação e associação dos dados permitiu concluir que as edificações analisadas são deficientes por restringir o acesso aos seus ambientes, com exceção do Museu da Inconfidência que, após burocráticas etapas, possui elevador, rampa acessível e equipamento eletromecânico para cadeirantes que vencem os desníveis das escadas fixas, permitindo livre acesso. Os projetos de restauração da Casa da Baronesa e da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição foram executados após a vigência das legislações que obrigam as adaptações em tais edifícios, estes projetos foram aprovados pelas entidades pertinentes, incluindo o IPHAN, porém não contemplam adaptações de acessibilidade motora. De acordo com o Decreto Federal nº 5.296/2004 o prazo para implantação de adaptações era 02/12/2004, assim os projetos deveriam seguir as diretrizes da Instrução Normativa nº1/2003 do IPHAN e a NBR 9050. As pesquisas de verificação de propostas de intervenção de acessibilidade em projetos de restauração e sua execução se torna rara, se limitando, na maioria das vezes, à análise das legislações apenas. Todo projeto de intervenção deve ser estudado e balanceado com a escolha correta das técnicas de intervenção, seguindo o preceito da reversibilidade, para garantir o máximo de autenticidade à obra, e fruição a todas as parcelas da população, independentemente de suas habilidades. As barreiras impostas pelas legislações preservacionistas acabam comprometendo o papel do patrimônio cultural como símbolo da nação por não prevenir sua museificação.

Palavras-chave: Mobilidade reduzida; Bens culturais imóveis; Restauração; NBR 9050:2015; Preservação.

ABSTRACT

The accessibility to public and collective spaces is a right of the population and its adoption in safeguarded buildings is complex. It is noticed lack of research, studies and appropriate solutions to reconcile the preservation of heritage and to comply the legislation of accessibility in order to receive disabled people in a proper manner. The goal of this research is to analyze restoration projects, laws and regulations motor accessibility and implementation of projects, focusing on motor accessibility preservation conflict, studying the solutions adopted in the use of historical buildings in the city of Ouro Preto, MG. The cases studies includes the Museu da Inconfidência, Casa da Baronesa and Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. To permeate the study Ouro Preto was analyzed until become a symbol of national identity and serve as inspiration for the preservationist legislation, achievements of disabled people, legislation and regulation on accessibility and inclusion. The analysis the consultation of intervention projects in buildings in the study has allowed identifying the practice of the concept of accessibility in restoration projects. Next step in the diagnosis of safeguarded buildings, developed through Deficient Analysis List Motor, which is based on anthropometric and technical standards NBR 9050: 2015, which follows the concept of universal design and an Evaluation List of Motor accessibility in buildings, from an invitation, a Physical PMR has made site visits and evaluated. Research in this area is limited, in most cases, only law analysis. The verification of intervention proposals on projects and their implementation becomes rare. With this research, it was found that the buildings analyzed are inefficient to restrict access to their environments, except museu da Inconfidência, which has elevator, accessible ramp and electromechanical equipment for wheelchair users to overcome the unevenness of fixed ladders, allowing equip the enjoyment of opportunity. The restoration projects of the House of Baroness and the Church of Our Lady of Conception were carried out after the validity of the laws that require adjustments in such buildings and, according to the Federal Decree 5.296 / 2004 the deadline for implementation of adjustments was 02/12/2004, should follow the guidelines of Instruction No. 1/2003 IPHAN and NBR 9050. These projects have been approved by the relevant bodies, including the IPHAN, but does not include motor accessibility adaptations. Every intervention project should be studied and balanced with the correct choice of intervention techniques, following the precept of reversibility, to ensure maximum authenticity to the work and its enjoyment by all groups of people, regardless of their abilities. The barriers imposed by preservationists laws end up compromising the role of cultural heritage as a symbol of the nation by not preventing to become a museum.

Keywords: motor accessibility; cultural real estate; Restoration; NBR 9050: 2015; Preventing.

LISTRA DE FIGURAS

Figura 1 - "Caminho tronco".	24
Figura 2 - Edificações religiosas na Serra de Ouro Preto, posterior à criação de Vila Rica (1711/1720).	25
Figura 3 - Partido das casas e sobrados luso-portugueses.	27
Figura 4 - Câmara Municipal de Ouro Preto, 1853.	28
Figura 5 - Igreja da Irmandade de São José.....	28
Figura 6 - Igreja de São Francisco de Assis.	29
Figura 7 – Dicionário visual do ecletismo em Ouro Preto.	31
Figura 8 - Fra Angelico, “São Lourenço Distribui Bens aos Pobres”.	37
Figura 9 – Proposta de saída de emergencia do Museu da Inconfidência.	52
Figura 10 - Planta baixa do pavimento térreo da Casa da Baronesa, com identificação dos materiais.	54
Figura 11 - Planta baixa do pavimento superior da Casa da Baronesa, com identificação dos materiais.	54
Figura 12 - Planta baixa do sótão da Casa da Baronesa, com identificação dos materiais.	54
Figura 13 - Cadeira Sthartup Canadense.	63
Figura 14 – Régua de segurança para utilização da Cadeira Sthartup Canadense.	63
Figura 15 - Escadas do pavimento térreo e superior da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População com Deficiência, Censo 2000 e 2010.....	42
Gráfico 2 - População Habitante com Deficiência Motora, Censo 2010.	43
Gráfico 3 - Adequação das Calçadas do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.	59
Gráfico 4 - Avaliação da Acessibilidade das Calçadas do Museu da Inconfidência.....	59
Gráfico 5 - Adequação do Rebaixamento de Calçadas do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.	59
Gráfico 6 - Avaliação da Acessibilidade do Rebaixamento de Calçadas do Museu da Inconfidência.	59
Gráfico 7 - Adequação dos Coletores do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.....	60
Gráfico 8 - Adequação da Circulação Externa do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.	60
Gráfico 9 – Avaliação da Acessibilidade da Circulação Externa do Museu da Inconfidência.	60
Gráfico 10 - Adequação da Circulação Interna do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.	61
Gráfico 11 – Avaliação da Acessibilidade da Circulação Interna do Museu da Inconfidência.	61
Gráfico 12 - Adequação da Circulação Vertical: Elevadores do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.....	61
Gráfico 13 – Avaliação da Acessibilidade da Circulação Vertical: Elevadores do Museu da Inconfidência.	62
Gráfico 14 - Adequação da Rampa do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.....	62
Gráfico 15 – Avaliação da Acessibilidade da Rampa do Museu da Inconfidência.....	62
Gráfico 16 - Adequação das Escadas do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.....	63
Gráfico 17 – Avaliação da Acessibilidade das Escadas do Museu da Inconfidência	63
Gráfico 18 - Adequação do Corrimão e Guarda-Corpo do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.	64
Gráfico 19 – Avaliação da Acessibilidade do Corrimão e Guarda-Corpo do Museu da Inconfidência.	64
Gráfico 20 - Adequação do Sanitário do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.	64
Gráfico 21 – Avaliação da Acessibilidade do Sanitário do Museu da Inconfidência.	65
Gráfico 22 - Adequação das Portas do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.....	65
Gráfico 23 – Avaliação da Acessibilidade das Portas do Museu da Inconfidência.	65

Gráfico 24 - Adequação do Bebedouro do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.	66
Gráfico 25 – Avaliação da Acessibilidade do Bebedouro do Museu da Inconfidência.	66
Gráfico 26 - Adequação do Estacionamento do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.	66
Gráfico 27 - Adequação Geral do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.	66
Gráfico 28 - Adequação das Calçadas da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.	67
Gráfico 29 – Avaliação da Acessibilidade das Calçadas da Casa da Baronesa.	67
Gráfico 30 - Adequação dos Coletores da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.	67
Gráfico 31 – Avaliação da Acessibilidade dos Coletores da Casa da Baronesa.	68
Gráfico 32 - Adequação da Circulação Externa da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.	68
Gráfico 33 – Avaliação da Acessibilidade da Circulação Externa da Casa da Baronesa.	68
Gráfico 34 - Adequação da Circulação Interna da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.	69
Gráfico 35 – Avaliação da Acessibilidade da Circulação Interna da Casa da Baronesa.	69
Gráfico 36 - Adequação das Escadas da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.	69
Gráfico 37 – Avaliação da Acessibilidade de Degraus Isolados e Escadas da Casa da Baronesa.	69
Gráfico 38 - Adequação de Corrimão e Guarda-corpo da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.	70
Gráfico 39 – Avaliação da Acessibilidade do Corrimão e Guarda-Corpo da Casa da Baronesa.	70
Gráfico 40 - Adequação do Sanitário da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.	70
Gráfico 41 – Avaliação da Acessibilidade do Sanitário da Casa da Baronesa.	70
Gráfico 42 - Adequação das Portas da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.	71
Gráfico 43 – Avaliação da Acessibilidade das Portas da Casa da Baronesa.	71
Gráfico 44 - Adequação do Bebedouro da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.	71
Gráfico 45 – Avaliação da Acessibilidade das Portas da Casa da Baronesa.	72
Gráfico 46 - Adequação Geral da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.	72
Gráfico 47 - Adequação das Calçadas da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à NBR 9050:2015.	73
Gráfico 48 - Adequação da Circulação Externa da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à NBR 9050:2015.	73
Gráfico 49 - Adequação da Circulação Interna da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à NBR 9050:2015.	73
Gráfico 50 - Adequação das Escadas da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à NBR 9050:2015.	74

Gráfico 51 - Adequação do Corrimão e Guarda-corpo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à NBR 9050:2015.	75
Gráfico 52 - Adequação do Sanitário da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à NBR 9050:2015.	75
Gráfico 53 - Adequação das Portas da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à NBR 9050:2015.	75
Gráfico 54 - Adequação Geral da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à NBR 9050:2015.	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
art.	Artigo
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
DF	Decreto Federal
DL	Decreto-Lei
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN	Instrução Normativa
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional
LF	Lei Federal
MD	Medida Provisória
MG	Minas Gerais
NBR	Norma Brasileira
nº	Número
ONU	Organização das Nações Unidas
PMR	Pessoa com Mobilidade Reduzida
PMOP	Prefeitura Municipal de Ouro Preto
SDH/PR	Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Objetivos.....	17
1.2 Justificativa.....	18
1.3 Metodologia.....	19
2 ARQUITETURA E PATRIMÔNIO	23
3 MANIFESTAÇÕES E CONQUISTAS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	35
4 TÉCNICA E LEGISLAÇÃO	44
5 PRESERVAÇÃO E ACESSIBILIDADE MOTORA EM EDIFICAÇÕES ACAUTELADAS	50
5.1 Museu da Inconfidência	50
5.2 Casa da Baronesa.....	53
5.3 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.....	55
6 RESULTADOS	58
6.1 Museu da Inconfidência	58
6.2 Casa da Baronesa.....	67
6.3 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.....	72
7 CONCLUSÃO.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
APÊNDICE A: LISTA DE AVALIAÇÃO - ACESSIBILIDADE MOTORA.....	87

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as soluções adotadas entre o conflito de preservação e acessibilidade motora, nos projetos de restauração do Museu da Inconfidência, da Casa da Baronesa e da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Estas edificações são acauteladas¹ pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e situadas na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. A cidade de Ouro Preto é referência na preservação das edificações do seu sítio histórico, a escolha dos objetos de estudo na sua região foi reforçada pela suas características históricas, topográficas, arquitetônicas e preservacionistas.

A restrição às intervenções impostas pela legislação de preservação dificulta a aplicação das normativas de acessibilidade. Para a conjugação destes dois pesos devem se considerar: as legislações específicas, a possibilidade de intervenção, a descaracterização e falsificação da leitura do monumento, as diretrizes norteadoras, a tecnologia disponível, o histórico de intervenções no bem e, sua originalidade.

A preservação do patrimônio cultural de uma Nação, segundo Braga (2002, p. 15) se dá através de diversos atos, consiste em ações apenas indiretas, como por exemplo: educação patrimonial, inventário, tombamento, criação de leis. A preservação prioriza a manutenção e salvaguarda do patrimônio, dispensando qualquer tipo de intervenção, para benefício da atual geração e das futuras.

Os bens de natureza material e imaterial compõem o patrimônio cultural. Inclui as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Os edifícios históricos são singulares e guardam peculiaridades dos materiais de construção, técnicas construtivas, partido e estilo arquitetônico. Cada construção agrega valores artísticos e/ou históricos, Csepcsényi *et. all.* (2006, p. 17) as define como um “documento” da nossa história. A preocupação com a salvaguarda dos monumentos se oficializou a nível internacional em 1931, com a Carta de Atenas. No Brasil estes princípios também surgiram na

¹ Acautelamento: forma de proteção que incide sobre o bem cultural, regida por norma legal específica – Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que cria o instituto do tombamento ou, no caso dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos, pela Lei 3.924, de 26 de julho de 1961. (IPHAN, 2003)

década de 30, a partir da postura preservacionista imposta pelos Modernistas; com o discurso de valorização e preservação do patrimônio edificado de Ouro Preto. Estes princípios estabelecidos que guiam as legislações vigentes, com destaque para o Decreto-Lei nº 25, de 1937².

Brandi (2004, p. 32), teórico da restauração, conta que os monumentos possuem duas histórias, a primeira sobre o ato de sua criação e a segunda a respeito de seu tempo histórico. E completa dizendo que é a unidade potencial da obra que integra essas partes por meio da conservação da matéria para o futuro. Nesta segunda parte da história do monumento que está a acessibilidade, pela necessidade de adequação às normas atuais, que deve respeitar as características do seu tempo e atender às novas necessidades humanas.

A acessibilidade é um tema contemporâneo e sua execução em projetos na área da construção é complexo. A discussão do processo de adaptação dos edifícios se amplia significativamente em relação aos bens culturais imóveis. Entende-se que a acessibilidade é antagônica à preservação pela necessidade de alteração do patrimônio arquitetônico, mas ao observar pela ótica da funcionalidade da Teoria da Restauração Contemporânea e pela legislação de acessibilidade, deve-se permitir a inclusão espacial e o conseqüente usufruto de tais lugares por pessoas com diferentes características e habilidades.

Garantir o pleno acesso aos sítios de preservação histórica é a melhor maneira de fazê-los cumprir com o seu papel de referência à memória e à identidade de um povo (PAIVA, 2009, p. 17). Portanto:

[...] a acessibilidade física pode atuar como agente de preservação em ambientes reconhecidos como Patrimônio Histórico e/ou Patrimônio Cultural, por oportunizar acesso, uso e apropriação sociocultural a maior quantidade de pessoas, aumentando o interesse de mais parcelas da população em conservá-los. (MARTINS *et. al.*, 2012, p. 133)

A adaptação de acessibilidade deve ser vista como uma ferramenta de preservação em projetos de restauração que não descaracterizam os monumentos e como ferramenta de conservação do seu papel simbólico. À medida que o acesso aos bens imóveis é restrito, eles perdem seus valores históricos e culturais, passam a serem apenas mais uma edificação congelada no tempo.

A adaptação para acessibilidade não se resume apenas à execução do projeto, mas integra o processo de pesquisa constante para promoção de inclusão e promoção de ambientes

² Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

universais (CAIXA, 2010, p. 6). Proporciona vantagens para todos os cidadãos, sendo de forma mais significativa para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Toda proposta de intervenção deve ser justificada e defendida. Nas cartas patrimoniais são encontrados os principais critérios adotados nos procedimentos de preservação do patrimônio cultural. O art. 7º, da Carta de Veneza cita que o deslocamento de todo o monumento ou parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional e internacional (IPHAN, 2000, p. 24). Considerando o exposto e o ambiente construído que compõe o patrimônio cultural edificado, as mudanças em tais ambientes devem estar de acordo com o DF nº 5.296/2004³ que regulamenta a Lei Federal nº 10.098/2000⁴, que estabelece que a adequação de bens culturais imóveis deve estar de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2003⁵ do IPHAN e, com os padrões da NBR 9050:2015⁶ da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O ser humano tem novas necessidades com o tempo, pois a cultura se altera de acordo com as influências e a evolução tecnológica. A cultura do século XVIII segregava as pessoas com deficiência devido aos preconceitos herdados dos portugueses, principalmente por pertencerem à camada mais empobrecida do Brasil colônia. Atualmente é evidente a evolução no reconhecimento dos seus direitos, mas a legislação existente não é cumprida em toda a sua abordagem.

Entende-se por acessibilidade:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (NBR 9050:2015, p. 2)

³ Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098/00.

⁴ Lei Federal nº 10.098, de 08 de novembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

⁵ Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003, dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias. Sancionada pelo IPHAN.

⁶ ABNT NBR 9050:2015, normatiza a acessibilidade a edificações, mobiliário e equipamentos urbanos.

De acordo com o DF nº 3.298/99⁷, as categorias de deficiência são deficiência física, auditiva, visual, mental e múltipla.

I – Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II – Deficiência Auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

III – Deficiência visual – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV – Deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V – Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências. (DF nº 3.298/99)

Além da inclusão de pessoas com deficiência permanente ou temporária, a acessibilidade também visa à inclusão de pessoas com mobilidade reduzida. Considera-se:

II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

§ 2º O disposto no caput aplica-se, ainda, às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo. (DF nº 5.296/04)

A análise de acessibilidade é muito ampla, desta forma, o desenvolvimento desta pesquisa se limitou à acessibilidade motora, que inclui o grupo de pessoas que possuem

⁷ Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

deficiência física e mobilidade reduzida. Pois dentre as categorias de deficiência citadas acima, esta requer mais interferências e modificações na arquitetura e na estética dos monumentos.

O termo adotado, acessibilidade motora, foi escolhido pois o público desta avaliação inclui pessoas que possuem dificuldade permanente ou temporária de locomoção. Desta forma, ao se generalizar e a dotar o termo de acessibilidade física, incluiria itens a serem analisados que compreendem a acessibilidade visual, como guia de balizamento e linha-guia.

O conceitos apresentados de deficiência física e mobilidade reduzida servem de referência para compreensão do grupo de pessoas que se enquadram na análise de acessibilidade que este trabalho se propõe. Contudo, no desenvolvimento desta pesquisa foi adotado o termo Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR) de forma geral, o que inclui pessoas com deficiência física, por ser mais amplo e apresentar melhor conotação, sem discriminação.

1.1 Objetivos

O objetivo geral é analisar as legislações, os projetos de restauração e a execução destes projetos, com foco no conflito da preservação-acessibilidade motora, estudando as soluções adotadas em edificações tombadas de uso público e coletivo, situadas em Ouro Preto, MG. O Museu da Inconfidência, a Casa da Baronesa (Escritório Técnico do IPHAN) e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição são as edificações analisadas.

Os objetivos específicos são:

- ✓ Evidenciar como a cidade de Ouro Preto serviu de inspiração para o surgimento do conceito de patrimônio, das leis preservacionistas e do título de Patrimônio Cultural da Humanidade.
- ✓ Verificar a inserção das pessoas com deficiência na sociedade através das conquistas de legislações específicas.
- ✓ Analisar a evolução das legislações que regulamentam as adaptações de acessibilidade nos logradouros, edifícios de uso público e coletivo, e as peculiaridades em relação aos bens imóveis acautelados.
- ✓ Verificar o cumprimento da legislação pertinente nos projetos de restauração de bens imóveis acautelados.

- ✓ Identificar a impraticabilidade⁸ de adaptações em bens culturais imóveis.
- ✓ Quantificar a acessibilidade motora dos edifícios de uso público e coletivo, objetos deste estudo, usando como referência o padrão definido pela NBR 9050:2015, da ABNT.
- ✓ Qualificar a acessibilidade motora nos objetos de estudo, com a avaliação de uma pessoa com deficiência física.
- ✓ Defender a acessibilidade em edifícios como uma ferramenta de preservação.
- ✓ Servir de base para intervenções em bens culturais imóveis.

1.2 Justificativa

Este trabalho justifica-se devido à complexidade da intervenção para acessibilidade em edifícios acautelados. Percebe-se a falta pesquisas, estudos e soluções adequadas que consigam conciliar a preservação do patrimônio e atender a legislação de acessibilidade, de forma que permita que estes espaços possam receber todas as parcelas da população de forma digna, visto que seja impossível adaptá-lo na sua integralidade.

Os estudos sobre acessibilidade em edifícios acautelados são poucos. As pesquisas se limitam, na maioria das vezes, à análise das legislações apenas. A verificação de propostas de intervenção em projetos e sua execução se torna rara. Pesquisas que mostram boas soluções adotadas ficam apenas com estudos de casos no exterior.

Esta pesquisa permite investigar a qualidade das adequações de acessibilidade, traçando um diagnóstico das suas condições atuais. É um incentivo para a acessibilidade nos ambientes, com a sensibilização das pessoas ligadas direta e indiretamente à pesquisa, e contribui para a elaboração de políticas públicas, planos e projetos de acessibilidade.

O Museu da Inconfidência é uma edificação de uso coletivo, já passou por intervenções e contemplou adaptações de acessibilidade. Desta forma pretende-se verificar a eficiência destas adaptações para receber pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, além da análise da intervenção e descaracterização do imóvel, de acordo com a legislação de preservação.

⁸ Impraticabilidade: Condição ou conjunto de condições físicas ou legais que possam impedir a adaptação de edificações, mobiliário, equipamentos ou elementos à acessibilidade. (ABNT, 2015, p. 4)

A Casa da Baronesa é um edifício de uso público que abriga, no segundo pavimento, o Escritório Técnico do IPHAN, até o desenvolvimento desta pesquisa a edificação não recebeu adaptações de acessibilidade. A última obra de restauração se estendeu de 2003 a 2008, ou seja, a legislação que sancionou que os projetos devem conter adaptações de acessibilidade já estava em vigor. Estas legislações são a IN nº 1, de 25/nov./2003, do IPHAN e; a LF nº 10.098/2000, regulamentada pelo DF nº 5.296/2004.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição é uma suntuosa edificação religiosa que se encontra em processo de restauração, iniciado em 2014. Pretende-se verificar se o projeto compreende intervenções para acessibilidade e sua compatibilização com a preservação.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 7% da população brasileira possui deficiência motora, correspondendo a 6.815.274 pessoas. Ao incluir as pessoas que se enquadram no grupo de mobilidade reduzida, é possível entender a complexidade e necessidade de adaptações de acessibilidade em edificações, sejam de uso público ou coletivo.

A acessibilidade aos espaços públicos e coletivos é um direito da população. É uma nova demanda para o conservador-restaurado de bens imóveis e demais profissionais da área, é um dos princípios éticos que deve nortear o desenvolvimento de projetos de restauração e readequação de uso em edificações de valor histórico. Cada profissional atuante em um projeto de restauração deve contribuir de forma ativa, mesclando os conhecimentos da sua área em busca de soluções adequadas.

A teoria da restauração atualmente se baseia na funcionalidade, o que permite uma intervenção criteriosa e aceitável com fins de acessibilidade motora, visando a não museificação⁹ do edifício em prol da sua manutenção e utilidade pela população, independentemente de suas habilidades. Fazendo cumprir seu papel de patrimônio cultural símbolo de uma nação.

1.3 Metodologia

⁹ O neologismo “museificação” traduz a ideia pejorativa da “petrificação” (ou mumificação) de um lugar vivo. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57)

A metodologia adotada baseia-se na pesquisa descritiva, dividida nas etapas de estudo, análise, registro e interpretação dos dados.

i. Primeira Etapa: Estudo

O estudo teórico se divide em três abordagens. A primeira abordagem se refere à cidade de Ouro Preto, desenvolvida a partir de livros elaborados por historiadores e demais estudiosos acerca do desenvolvimento da cidade. Em seguida, a partir de referências que buscam em Ouro Preto o simbolismo da identidade nacional e sua formalização, através de legislações.

No segundo momento, o foco é sobre as pessoas com deficiência e suas conquistas sociais através da análise cronológica dos surgimento das legislações e seus contextos. Como o foco do trabalho são pessoas com deficiência física, expõe-se sobre as diferentes formas desta deficiência, apresentada no DF nº 3.298/99. Dados demográficos do IBGE também reforçam as conquistas sociais.

Por fim, em Técnica e Legislação, realiza-se o levantamento das legislações federais e normativas de acessibilidade vigentes no país que regem as adaptações em edifícios acautelados.

ii. Segunda Etapa: Análise e Registro

As análises dos objetos de estudos (Museu da Inconfidência, Casa da Baronesa e Igreja Matriz de N. S. da Conceição) foram introduzidas pela contextualização da iniciativa de construção e intervenções, a partir de bibliografia específica. Em seguida, foi consultado o arquivo do Escritório Técnico do IPHAN de Ouro Preto, onde pode ser acessado cada projeto de restauração destes edifícios.

Nestes arquivos foram analisados como os responsáveis pelos projetos apresentaram propostas de adequação de acessibilidade, como os órgãos solicitaram/receberam tais propostas e os trâmites de aprovação das intervenções de acessibilidade. A consulta aos projetos de intervenção nos edifícios em estudo, permite identificar a prática do conceito de acessibilidade no projeto de intervenção, para posterior verificação da execução.

A análise da execução dos projetos de adequação de acessibilidade foi realizada a partir de visitas aos edifícios em estudo. Duas visitas a cada edifício foram necessárias para o diagnóstico de acessibilidade através de uma Análise Qualiquanti (Análise Qualitativa e Análise Quantitativa).

A Análise Quantitativa foi realizada a partir de uma Lista de Adequação de Deficiência Motora, desenvolvida com base nos padrões antropométricos e técnicos da NBR 9050:2015, que segue o conceito de desenho universal e com base na Lista de Verificação criada pelo Conselho Regional de Arquitetura e Agronomia (CREA-RJ). A Lista criada pelo CREA-RJ foi readequada para os objetos de estudo e atualizada para corresponder aos padrões da revisão da 9050 de 2015.

Foram avaliados os itens: calçadas, rebaixamento de calçadas, coletores, circulação externa, circulação interna, circulação vertical: elevadores, rampas, escadas, corrimão e guarda-corpo, sanitários, portas, superfícies para refeições ou trabalho ou balcão, bebedouros, estacionamento e, cinemas, teatros, auditórios e similares. Cada subitem foi classificado em Sim, Não e Não Existe¹⁰

A Análise Qualitativa foi preenchida por uma pessoa com deficiência física, que pode ter um olhar pessoal que as vezes a própria legislação não contempla. A frase de Alexandre C. Baroni resume esta análise: “Nada sobre as pessoas com deficiência, sem as pessoas com deficiência!!” (RESENDE *et.al.*, 2008, p. 17). A Lista de Avaliação da Acessibilidade Motora foi desenvolvida a partir da Lista de Adequação da Deficiência Motora.

Foram avaliados os itens: calçadas, rebaixamento de calçadas, circulação externa, coletores, circulação interna, circulação vertical: elevadores, rampas, degraus e escadas fixas em rotas acessíveis, corrimão e guarda-corpo, portas, sanitário, superfícies para refeições ou trabalho ou balcão, bebedouros e, cinemas, teatros, auditórios e similares. Cada subitem foi avaliado em Acessível, Semi acessível e Inacessível¹¹

iii. Terceira Etapa: Interpretação dos dados

A interpretação dos dados foi apresentada através de gráficos de pizza que identificaram o percentual de adequação das edificações (análise quantitativa) aos critérios e parâmetros técnicos às condições de acessibilidade motora da NBR 9050:2015. E a avaliação da acessibilidade motora (análise qualitativa) também seguiu as mesmas características de apresentação do percentual. A interpretação foi realizada através da associação dos projetos de

¹⁰ Classificação: (i) Sim: quando o item avaliado se adequa à NBR 9050; (ii) Não: quando não se adequa à norma; (iii) Não Existe: quando o item não existe na edificação avaliada.

¹¹ Avaliação da acessibilidade motora: (i) Acessível: a pessoa avaliadora não teve dificuldade em usufruto/acesso dos ambientes; (ii) Semi acessível: teve dificuldade na utilização e/ou acesso aos ambientes; (iii) Inacessível: incapaz de acessar/utilizar ambientes das edificações avaliadas.

restauração/intervenção e adequação à legislação (dados gráficos de verificação e avaliação da acessibilidade motora).

2 ARQUITETURA E PATRIMÔNIO

A incursão histórica sobre a cidade de Ouro Preto permite verificar a sua evolução, identificar como se tornou símbolo da nacionalidade brasileira e paradigma para a política de preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil.

[A arquitetura] como petrificação dos momentos da vida, é uma das formas mais fieis de entendimento da evolução da humanidade, pois nela estão refletidos os progressos de uma época, em toda a sua complexidade, e atua como testemunha para a valorização de um período histórico, de como funcionava uma determinada sociedade num momento específico, de forma sincrónica. (NAVARRETE, 2012, p. 113)

A arquitetura faz parte do processo de criação artística da história da humanidade. É uma demonstração natural da vida que manifesta a visão do ambiente ideal a partir de escolhas dentro das alternativas possíveis. Segundo Navarrete (2012, p. 115), a arquitetura reflete o mundo globalizado, mesclando a linguagem mundial, nacional, regional, local e individualiza simultaneamente.

Desde os primórdios o homem vive em diferentes ambientes, mas que desempenham as mesmas funções: proteger, aconchegar, dar segurança e que permita o convívio. Ao fazer uma retrospectiva dos estilos das construções, observamos que elas atendem as necessidades dos moradores inseridos em cada contexto histórico, refletindo os costumes e a cultura da época.

O cálculo, a época, o meio físico e social, os materiais disponíveis e as técnicas aplicadas proporcionaram diferentes registros arquitetônicos da passagem e evolução do homem. O aperfeiçoamento das técnicas de construção veio com o compartilhamento do conhecimento e com o emprego dos materiais resistentes: tijolos, madeira, pedra, dentre outros.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, o território era habitado por indígenas mas ainda coberto por vasta floresta. Os autóctones Tupis viviam à base da disponibilidade de recursos naturais, deslocando de tempos em tempos (BICCA, 2008, p. 21). Os índios moravam em ocas, usavam a madeira na estrutura e vedações de palha. A arquitetura brasileira está diretamente ligada ao processo de formação do país. A colonização portuguesa nos deixou um legado cultural extremamente rico. Entre a vasta herança lusitana, a arte edificada, a arquitetura.

A influência luso na arquitetura brasileira é notória na região de Minas Gerais decorrente do rápido crescimento em consequência da exploração aurífera. As construções residenciais, civis e religiosas seguiram traços semelhantes nas comarcas de Vila Rica (Ouro

Os caminhos e estradas de acesso às jazidas auríferas, marcados pelo seu traçado alongado e sinuoso, que deram origem às ruas. As construções religiosas e principais edifícios eram ligados direto ao caminho tronco por ruas específicas, originando suas designações (por exemplo: rua que sege da Ponte Seca até a ponte do Ouro Preto). A designação das ruas, a princípio, eram explicativas, como Rua da Ponte e Rua da Cadeia; depois, homenageavam os moradores mais importantes que nelas residiram ou as construções mais imponentes, tais como Rua do Vigário, Rua dos Caldeireiros e Rua do Palácio.

A unificação do Arraial de Antônio Dias e do Arraial de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto ocorreu em 1711, com a criação de Vila Rica. Com o patamar de Vila, Antônio de Albuquerque, governador da Capitania, implantou as paróquias e as instituições do poder (Casa da Câmara e Cadeia e Pelourinho), proibiu o comércio fora dos limites, estabeleceu o estatuto que normalizava o abastecimento de gêneros alimentícios e, para fixar a população, concedeu sesmarias na região. Com a importância econômica que adquiriu, em 1720, Vila Rica se tornou sede da Capitania independente de Minas Gerais, após a Rebelião de Vila Rica¹².

Ligada ao fervor das explorações minerais, a arquitetura religiosa também contou com profissionais portugueses. As capelas construídas no início da mineração que tinham como padroeiros santos populares, são mantidas até hoje pelos seus devotos, apesar da sua situação em locais periféricos (Fig. 2). O seu cômodo único recebeu acréscimos ou foi substituído por outra capela de pequeno porte.

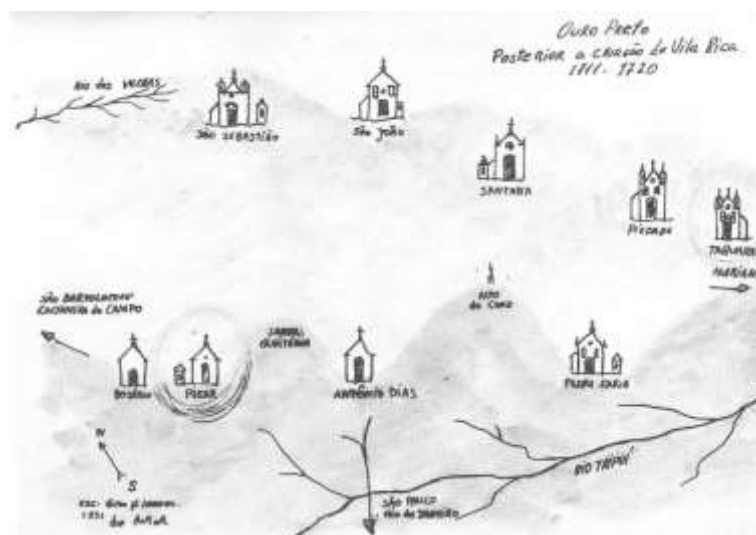


Figura 2 - Edificações religiosas na Serra de Ouro Preto, posterior à criação de Vila Rica (1711/1720).

Fonte: PINTO COELHO, 1991.

¹² A Rebelião de Vila Rica foi um conflito de amplas proporções contra os extorsivos sistemas de tributação. (OLIVEIRA, 2008, p. 127)

A Capela de Nossa Senhora do Pilar foi edificada em 1711 e se manteve até 1730, quando a Irmandade do Santíssimo Sacramento decidiu demoli-la para a construção de uma igreja mais espaçosa. Assim, o Santíssimo Sacramento e imagens foram trasladados provisoriamente para a Capela do Rosário dos Pretos (1715), filial da Matriz do Pilar. Em 1733 as obras de reconstrução foram concluídas e a reinauguração marcada com a suntuosa festa do Triunfo Eucarístico.

A festa que marca o fastígio da riqueza teve lugar em 1733, e foi a procissão de transladação do Santíssimo da capela do Rosário para a matriz de Nossa Senhora do Pilar. Essa festa ficou conhecida pelo nome de Triunfo Eucarístico, título do folheto em que Simão Ferreira Machado descreveu a solenidade. O cortejo dá bem idéia do luxo incrível que contrastava com o quadro pobre da edificação: danças de Turcos, dança de Romeiros, os quatro ventos vestidos à trágica, os sete Planetas, precedidos da Fama, a Igreja Matriz, os dois morros que limitam a vila - Ouro Preto e Ouro Fino - tudo isso personificado, desfilou em cavalos de preço, no meio de uma multidão de figuras secundárias: ninfas, anjos, pajens, trombeteiros. [...] Fechando o préstito, o conde das Galveias, governador da capitania, cercado do Nobre Senado da Câmara e de toda a nobreza militar e acompanhado do terço de Dragões. (BANDEIRA, 2000, p. 24)

Na época da reconstrução da Matriz do Pilar as técnicas empregadas ainda eram simplificadas, a ornamentação e o esplendor foram incorporados com o passar dos anos, se modificando e ampliando. O seu interior é requintado com rica talha barroca e forros com pinturas artísticas, que contou com vários nomes, dentre eles Antônio Francisco de Pombal, João de Carvalhais e Bernardo Pires.

Novos edifícios foram erigidos e a qualidade foi aprimorada. Iniciando pela técnica de taipa e chegando a tijolos de adobe e cantaria, concomitante com o emprego de madeira na estrutura e cobertura de telhas de barro. As moradias prezavam pela intimidade, lugar de descanso e abrigo contra as variações climáticas. A tipologia da edificação revelava o nível socioeconômico dos moradores. Dentre as residências, os principais tipos presente na vila era o sobrado e casa térrea.

Definiam-se com isso as relações entre os tipos de habitação e os estratos sociais: habitar um sobrado significava riqueza e habitar a casa de “chão batido” caracterizava a pobreza. Por essa razão os pavimentos térreos dos sobrados, quando não eram utilizados como lojas, deixavam-se para acomodação dos escravos e animais ou ficavam quase vazios, mas não eram utilizados pelas famílias dos proprietários. (REIS FILHO, 2000, p. 28)

As casas não apresentavam recuos laterais ou frontais, somente quintais posteriores, com lotes compridos e retangulares, seguindo o traçado das ruas. As edificações apresentam diferentes partidos, que variam de acordo com função e poder econômico: porta e janela, $\frac{3}{4}$ de

morada, meia morada, morada inteira, morada e meia, morada e comércio, térrea de comércio, térrea de mirante, térrea de porão, térrea de porão e mirante, casa de porão alto, 2 pavimentos, 2 pavimentos e porão e 3 pavimentos (Fig. 3).

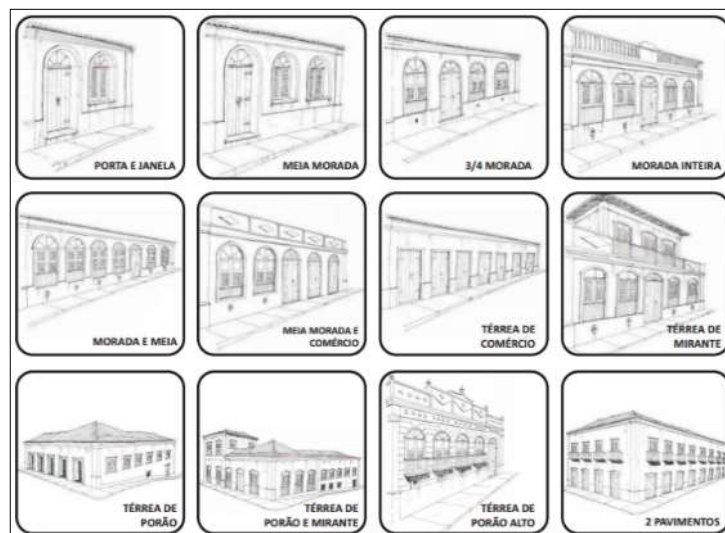


Figura 3 - Partido das casas e sobrados luso-portugueses.

Fonte: SMITH, s.d (perspectiva a bico de pena).

Intervenções urbanas foram realizadas a partir de 1735, no governo de Gomes Freire de Andrade, vulgo Conde de Bobadela. Edificou-se pontes e chafarizes, novas ruas foram abertas e delimitou-se o centro administrativo com a construção do Palácio dos Governadores, projetado pelo engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim, em 1745, com aspecto de fortaleza, em pedra e cal, apresentava preceitos designados no projeto, como espessura das paredes, pé-direito, cunhais, vãos, forros, telhado e acabamentos.

A Praça que unia as duas freguesias se conformou com a construção de dois edifícios civis: Palácio dos Governadores e a Casa de Câmara e Cadeia. A obra de construção da Casa de Câmara e Cadeia (Fig. 4) começou em 1785, projeto do capitão-general e governador da Capitania, Luís da Cunha Meneses. Prisioneiros, vadios e escravos fugidos foram forçados a servirem de mão-de-obra. O robusto edifício representa o estilo clássico e se sobrepõe aos elementos barrocos e rococós. O projeto contemplava a torre sineira para convocação do povo, relógio público, salas de audiência e administrativas, cárcere, enfermaria, oratório, cozinha, tribunas, pátios.

Outro exemplar de edifício civil foi a Intendência de Vila Rica, atual Casa dos Contos. Instalou-se na segunda metade do século XVIII em um sobrado residencial com beleza e requinte do estilo barroco mineiro. Destaca-se pelas guarnições ornamentais em pedra das

janelas e portas da fachada principal, característica que permite sua identificação como casa de fundição é a chaminé na parte posterior do edifício (OLIVEIRA, 2008, p. 142).



Figura 4 - Câmara Municipal de Ouro Preto, 1853.
Fonte: BURMEISTER, 1853.

Na segunda metade do século XVIII, surgiram as igrejas de Irmandade ou Ordem Terceira, fenômeno diretamente ligado ao desenvolvimento das vilas e cidades coloniais. As irmandades evidenciavam a clara divisão social da época. As irmandades inicialmente tinham altares laterais nas naves das igrejas matrizes até conquistar o capital e autonomia para sua edificação própria. Temos a Irmandade do Rosário, Irmandade de Nossa Senhora das Mercês com a edificação da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia e Mercês e Perdões, além da Irmandade do Patriarca São José (Fig. 5). Estas são irmandades de escravos africanos e pretos crioulos. A localização das suas igrejas eram em locais mais afastados.



Figura 5 - Igreja da Irmandade de São José.
Fonte: autora, 2016.

Os lugares mais importantes e em áreas centrais eram destinados às irmandades de brancos, como Ordens Terceiras de São Francisco de Assis (Fig. 6) e do Carmo. A influência orgânica do estilo barroco¹³ aparece na planta e nas torres. As igrejas destas Ordens se destacam pela riqueza ornamental, nas portadas esculpidas pelo Aleijadinho em pedra-sabão é possível identificar a Ordem pelo emblema, nítida influencia rococó¹⁴, também identificada pelas pinturas executadas por Manoel da Costa Athaíde.

Em meio a Igrejas, pontes, palácios, casarios e chafarizes, o movimento artístico e intelectual encontrou terreno fértil para florescer. Entre os artífices representantes do barroco mineiro temos o Antônio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho, e Manoel da Costa Athaíde. Estes aprenderam as respectivas artes nas oficinas dos mestres portugueses que trabalharam na região, aplicaram os conhecimentos adaptando as técnicas e utilizando materiais locais.



Figura 6 - Igreja de São Francisco de Assis.
Fonte: autora, 2016.

O declínio da exploração aurífera atingiu a região no final do século XVIII, em 1789 a sociedade se revoltou contra o imposto do quinto no meio de uma grave crise financeira, movimento conhecido do Inconfidência Mineira. Os “inconfidentes” pertenciam, em maioria, à elite socioeconômica e cultural da capitania, cujos filhos estudados em Portugal tinham acesso às ideias libertárias. Como resultado, o Governo condenou à força Tiradentes e exilou outros

¹³ O barroco religioso serviu como arte de propaganda para a reafirmação simultânea da veracidade do dogma cristão e do poder do Catolicismo. Tem como características a movimentação retórica às formas, a opulência dos materiais e o uso intensivo de imagens narrativas, funcionando como reforço visual às mensagens transmitidas pela palavra dos pregadores. (OLIVEIRA, 2010, p. 92)

¹⁴ O estilo rococó aspirava pelo conforto nas decorações civis com adoção de formas mais contidas, com o uso restrito de imagens narrativas pintadas em tons suaves. (OLIVEIRA, 2010, p. 92)

líderes, como os poetas Tomás Antônio Gonzaga e Inácio de Alvarenga Peixoto. A queda da exploração aurífera ficou clara no século XIX, com a desaceleração do desenvolvimento da região.

Em 20 de março de 1823, a Vila foi elevada à categoria de Imperial Cidade de Ouro Preto. Nesta altura, a cidade manteve sua relevância cultural com a criação de escolas de nível superior de Farmácia (1839) e de Minas (1876); com estudantes vindos de vários pontos, a cidade adquiriu nova fisionomia e vocação: centro de formação e estudo.

A modernização começava a ser percebida em meados do século XIX, devido à expansão das ferrovias, a invenção do telégrafo, motor de explosão, além das intervenções urbanas. Assim, no fim do século já se notava que a população dos grandes centros vivia sob outro ritmo de vida, contando com o crescimento dos abrigos na maioria das vezes ilegais, como os cortiços.

Período em que o Brasil passa por mudanças profundas, principalmente em termos de história propriamente dita. Observa-se assim um conjunto arquitetônico muito mais complexo, que ao invés de permanecer apenas um estilo dominante, como havia sido até então, começam a surgir novos estilos (neoclassicismo¹⁵, ecletismo¹⁶ e *art nouveau*¹⁷) e técnicas, que passam a coexistir com os do passado, dando a eles muitas vezes, uma “nova cara”, modernizando-os, mas permanecendo, ainda sim, a tradição colonial característica da região.

O ecletismo buscava reviver e aproveitar a essência da arquitetura antiga para gerar novos estilos mesclando os avanços da engenharia daquela época. Pode ser visto como um sistema diferenciado de práticas e valores, onde, o que ganhava destaque era a função do ornamento como parte da arquitetura e não apenas decoração. Entre os conflitos de tradição e modernidade, passa-se a dar mais importância aos diversos tipos existentes do que ao estilo

¹⁵ O movimento neoclássico da arquitetura iniciou-se na Inglaterra por volta de 1730, em reação ao barroco e o rococó, quando vários arquitetos começaram a visitar a Itália e a Grécia, e a publicar o resultado de suas observações, produzindo assim sob influências das características gregas e romanas até então conhecidas. Perante influências francesas, o estilo neoclássico se afirma, refletindo assim na arquitetura brasileira.

¹⁶ O ecletismo foi um movimento arquitetônico predominante desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, caracterizado pela mistura de estilos arquitetônicos do passado e a criação de uma nova linguagem arquitetônica, havendo assim combinações de elementos que vinham tanto da arquitetura clássica, quanto da medieval, da renascentista, da barroca e da neoclássica.

¹⁷ *Art Nouveau* foi desenvolvido na Europa a partir do final do século XIX, caracterizado pela sua ruptura com as tradições que até então persistiam excessivamente na arte e na arquitetura. Tratou-se de um estilo novo voltado para a originalidade da forma, de modo que era destituído de quaisquer preocupações ideológicas e independente de quaisquer tradições estéticas. Também conhecido como *estilo 1900* ou *o estilo Liberty*, se apresenta como tendência arquitetônica inovadora; um estilo floreado, onde se destacam a linha curva e as formas orgânicas inspiradas em folhagens, flores, cisnes, labaredas e outros elementos.

propriamente dito, pois a sociedade tinha o desejo de evoluir, e apresentava novos conceitos e necessidades.

O ecletismo se tornou assim um estilo muito popular e sua presença é marcante no cenário urbano. A arquitetura do final do século XIX e do princípio do XX foi, sem dúvida alguma, eclética em todas as regiões do país, seja nas construções civis, religiosas, públicas, seja nas particulares e teve total apoio da burguesia em ascensão (BONAMETTI, 2006. p.4).

Além do uso e mistura de estilos estéticos históricos, pode-se definir como características da arquitetura eclética: simetria, busca de grandiosidade, rigorosa hierarquização dos espaços internos e riqueza decorativa, uso do ferro como material de construção e ornamentação de fachadas e, uso de ornamentação em argamassa na superfície da fachada principal por meio de cimalkhas, colunas, capitéis, pináculos e platibandas, que escondiam os telhados (Fig. 7).



Figura 7 – Dicionário visual do ecletismo em Ouro Preto.

Fonte: Camila Leal e Sulamita Lino, 2011.

Na última década dos oitocentos, com o fim do período imperial (1889), surge a decisão oficial de mudança da capital, baseada em críticas sobre a falta de condições oferecidas por Ouro Preto para se tornar uma capital moderna. Inicia-se então um debate sobre a mudança da capital, de um lado os mudancistas e do outro os não-mudancistas. O grupo mudancista justificava seu ponto de vista apresentando características da cidade.

[...] não possuindo especificações para ser considerada uma capital moderna, nem se transformar em uma. Seu relevo montanhoso e as suas ruas tortas, que dificultavam e até impossibilitavam a abertura de largas ruas e avenidas para o escoamento do trânsito e suas velhas casas de arquitetura colonial tornavam as mudanças impossíveis aos olhos de alguns contemporâneos. (MONTOVANNI, 2007, p 79).

Os não mudancistas se articularam e desenvolveram um programa de modernização que incluía o reordenamento urbano e estrutural. Como argumento, frisavam a necessidade de raízes para construir o futuro, raízes estas que só Ouro Preto possuía por ser palco dos principais acontecimentos políticos e nacionais. Um lugar seguro, pois sua história era conhecida por todos. A mudança da capital era vista como morte da cidade.

Em outubro de 1891, o Conselho da Intendência Municipal publicou “*Informações sobre o Contrato de Melhoramentos pela Intendência Municipal da Cidade de Ouro Preto*”. [...] A resposta não mudancista adquiria novo fôlego. A defesa de Ouro Preto tornar-se-ia mais perceptível, visível. O grande argumento mudancista deveria ser inutilizado: terrenos ingratos seriam “domados”; os defeitos corrigidos; a insalubridade saneada; a topografia difícil planificada. Ansiava-se por transformar a Capital num modelo de organização, planejamento, beleza e modernização. Um espelho para os desejos, um orgulho para seus habitantes e para todos os mineiros. Moderna e histórica, Ouro Preto não teria concorrentes. Colocar-se-ia antes de tudo, como um contraponto a qualquer outra cidade, porventura indicada para ser a nova capital. (FONSECA, 1998, p. 42-43)

A Câmara encomendou um relatório ao engenheiro municipal Blaksley, este concluiu que Ouro Preto não se adequava para sediar a capital, resolvendo o problema com a proposta de construir uma outra cidade no planalto do Morro do Cruzeiro¹⁸. Outro relatório foi desenvolvido simultaneamente pelo engenheiro Aarão Reis, apontando Belo Horizonte como a cidade mais indicada para abrigar anova capital.

Apesar da realização de melhoramentos, Ouro Preto permaneceu como sede do Governo de Minas até 12 de dezembro de 1897, quando Capital foi transferida para o antigo Curral Del’Rey, hoje Belo Horizonte, cidade planejada e construída para esse fim dentro do prazo.

A 23 de outubro de 1897, por uma madrugada nevoenta e fria, parti de Ouro Preto, com minha família (ainda bem pequena, aliás: mulher e três filhos) para Belo Horizonte, que ainda não estava inteiramente construída. Experimentei grande emoção ao encontrar, à minha espera, na Estação de Ouro Preto, para se despedirem de mim, meus alunos do externato do Ginásio Mineiro, um dos quais me fez um discurso que me sensibilizou profundamente. Com o coração transbordante de saudades e com a alma cheia de esperanças, deixei, nessa madrugada nevoenta e fria, a cidade hospitaleira e amiga, onde transcorreram os quatorze melhores anos de minha vida. Quando se pôs em movimento o trem que me conduzia para novas terras, e para

¹⁸ Este relatório viria apenas a confirmar a opinião corrente dos mudancistas de que a cidade estava situada sobre três montanhas da serra do Ouro Preto que eram muito íngremes, “o que obsta, dizem eles, a que se possam nela introduzir certos melhoramentos tidos hoje por todas as grandes cidades”, como uma linha de bondes que interligasse os arrabaldes ao centro da cidade, tornando “a vida mais fácil a seus habitantes”. (MONTOVANNI, 2007, p 80)

a vida nova, senti o travo de imensa tristeza. (PIRES, 1939, p. 223 *apud* MONTOVANI, 2007, p. 166)

A partir daí, a antiga capital se esvaziou por completo. Todos os setores administrativos e econômicos foram transferidos para a nova capital. Famílias inteiras se mudaram, muitas casas foram abandonadas e doadas para a União. A presença das faculdades e estudantes foi essencial para a manutenção da vida na cidade, através de um convênio entre a União e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), casa térreas e sobrados foram cedidas para casa da “repúblicas”, desde que fosse feita sua conservação. O antigo Palácio dos Governadores também para a ser administrado pela UFOP.

Deixando de ter o papel de sede administrativa de Estado, a antiga Vila Rica já não tinha mais a necessidade de crescimento acelerado. Tal fato foi de grande importância para a conservação das suas feições urbanas, o que contribuiu para que se mantivesse praticamente inalterado seu conjunto arquitetônico e artístico.

Em 1924, a cidade foi visitada pelos modernistas Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, acompanhados do poeta francês, Blaise Cendrars. Esses artistas agitavam o país com sua nova estética, lançada na Semana de 22, em São Paulo, a qual mudaria definitivamente os padrões da arte no Brasil. Os frutos da visita serviram para reconhecer as qualidades do barroco como estilo nacional, despertando no país e no mundo o interesse pela figura do artista Aleijadinho.

[...] em Minas, se me permitirdes o arrojo da expressão, o estilo barroco estilizou-se. As igreja Construídas quer por portugueses mais aclimados ou por autóctones algumas, provavelmente, como o Aleijadinho, desconhecendo até o Rio e a Bahia, tomaram um caráter mais bem determinado e, poderíamos dizer, muito mais nacional. [...] Com esse caráter [a arquitetura religiosa] assume a proporção dum verdadeiro estilo, equiparando-se sob o ponto de vista histórico, ao egípcio, ao grego, ao gótico. E é para nós um motivo de orgulho bem fundado que isso se tenha dado no Brasil. (ANDRADE, 1993, p. 79-80)

A preocupação com preservação com a preservação de Ouro Preto se concretizou através de sucessivas medidas oficiais. Em 1931, o prefeito João Batista Velloso proíbe construções que alterem o ‘facies’ colonial da cidade. Dois anos depois, é reconhecida Monumento Nacional pelo DF nº 22.928/1933¹⁹, onde a cidade toma frente do processo de institucionalização da preservação do patrimônio.

¹⁹ Decreto Federal nº 22.928, de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional.

Este decreto antecipou o DL nº 25/1937²⁰, que teve o anteprojeto desenvolvido por Mário de Andrade que visitou Ouro Preto antes de desenvolver as diretrizes para a proteção do patrimônio artístico nacional e criação do instituto preservacionista, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)²¹. Prova da inspiração ouro-pretana na criação do SPHAN foi a incidência de tombamentos sobre a arte e exemplares de arquitetura barroca, principalmente monumentos religiosos católicos. A cidade foi inscrita, em 1938, no Livro de Tombo do SPHAN.

Foi reconhecido como o conjunto urbano ocidental mais preservado e harmônico da arquitetura colonial portuguesa setecentista e recebeu da Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1980, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

²⁰ Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

²¹ Em 1946, o SPHAN tem o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). E, finalmente, em 1970, o DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

3 MANIFESTAÇÕES E CONQUISTAS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O respeito e valorização da diversidade humana faz parte do processo de inclusão que avançou significativamente nas últimas décadas graças às reivindicações sociais e políticas dos grupos de pessoas com deficiência. Para melhor compreensão destes avanços faz-se necessário verificar a presença destes indivíduos na evolução da sociedade.

Embora não haja indícios, na época primitiva, provavelmente as PMR não resistiam ao estilo de vida nômade e sem domínio de técnicas construtivas, viviam diretamente expostos às intempéries e dificuldades da época. Neste período, as pessoas com deficiência representam um fardo para o grupo, onde os mais fortes sobreviviam.

Através da arte produzida no Egito Antigo (5.000 a.C), estudiosos concluíram que as pessoas com deficiência integravam as diferentes classes sociais. As pessoas com nanismo (anões) ocupavam cargos tão importantes que lhes permitia honrarias e funerais dignos. Provavelmente, em Roma, houve poliomielite e infecções oftalmológicas, por isso o Egito Antigo ficou conhecido como a Terra dos Cegos.

Os filósofos Platão e Aristóteles em seus livros publicados, “A República” e “A Política”, respectivamente, ao idealizarem as cidades gregas, indicavam a eliminação das pessoas “disformes” por exposição ou abandono. Mesma consciência presente em Esparta. As tragédias gregas refletem esse pensamento de exclusão, exemplo é “Ilíada”, escrita por Homero, onde o personagem Hefesto foi rejeito pela mãe por ter uma das pernas atrofiadas e foi atirado fora do Olímpio por Zeus.

Sócrates — Estes encarregados levarão os filhos dos indivíduos de elite a um lar comum, onde serão confiados a amas que residem à parte, num bairro da cidade. Para os filhos dos indivíduos inferiores e mesmo os dos outros que tenham alguma deformidade, serão levados a paradeiro desconhecido e secreto.

Glauco — E um meio seguro de preservar a pureza da raça dos guerreiros. (PLATÃO, 460 a.C., p. 214)

Embora Roma tenha produzido um reconhecido legado artístico, as leis davam o direito aos pais de exterminar o próprio filho caso este viesse a nascer disforme ou de aparência monstruosa, após o julgamento de cinco vizinhos. Quando abandonados em locais sagrados, os bebês por pessoas que exploravam estas crianças mais tarde como esmoleiros (DICHER, s/d, p. 7).

O tratamento das pessoas com deficiência se humanizou a partir da disseminação do cristianismo pela Igreja Católica e pela lei²² editada pelo Imperador Constantino (280-337 d. C), o Grande. A caridade pregada pela igreja influenciou o surgimento dos primeiros hospitais para pessoas enfermas e com deficiência.

Na Idade Média houve um retrocesso da visão sobre pessoas com deficiência, eram ridicularizadas pela sociedade que viam as ‘diferenças’ como castigo de Deus e envolvimento direto com bruxaria e misticismo. Neste período, o Rei Luís IX (1214-1270) criou o primeiro hospital para pessoas cegas, chamado *Hospice des Quinze-Vingts*²³, inaugurado em França, em 1260. A crença da época era que um corpo deformado só poderia abrigar uma mente também deformada. As representações das pessoas com diferenças físicas era, na sociedade, usada para simbolizar pessoas malévolas.

Ao final da Idade Média, diferentes situações se apresentavam nos países europeus. Houve um crescimento da quantidade de hospitais, mas vale ressaltar que, naquele período, eram destinados mais para cuidados e amor ao próximo (trabalho da igreja católica) do que para cura e alívio das dores. Não havia também conhecimento específico para tratamento de pessoas com deficiência, mas uma gradativa humanização das atenções e visões.

O Renascimento trouxe o espírito científico e descobertas importantes no tratamento de pessoas com deficiência. O médico, matemático e astrólogo de origem italiana, Jerônimo Cardan (1501-1576), inventou um código de sinais destinado a ensinar as pessoas surdas a ler e a escrever, semelhante ao Braille. Durante a eflorescência da arte renascentista as pessoas com deficiência foram retratadas em pinturas com os mais variados tipos de deficiência, em diversos ambientes; a maioria das pinturas mostra situações reais de miséria e marginalização naqueles séculos. Na obra intitulada “São Lourenço Distribui Bens aos Pobres”, de Fra Angelico (1387-1455), exemplo da representação na arte sacra, o artista representa

²² Essa lei considerava os costumes arraigados – embora não generalizados – de mais de cinco séculos, prevaletentes em Roma desde a Lei das Doze Tábuas, e em Esparta principalmente, que não só permitiam como também exigiam que o pai de família, senhor absoluto de tudo e de todos no lar, fizesse morrer o recém-nascido que ele não queria que sobrevivesse, devido a defeitos ou a malformações congênitas. Constantino taxou esses costumes de “parricídio” e tomou providências para que o Estado colaborasse para a alimentação e vestuário dos filhos recém-nascidos de casais mais pobres. Exigiu que essa nova lei fosse publicada em todas as cidades da Itália e da Grécia, e que fosse em todas as partes gravada em bronze para, dessa forma, tornar-se eterna. (SILVA, 2009 *apud* DICHER, s/d, p. 8)

²³ Segundo consta, quando Luís IX foi aprisionado pelos sarracenos durante sua primeira Cruzada trezentos de seus soldados tiveram seus olhos vazados pelos inimigos, por ordem direta do sultão, à base de vinte por dia durante quinze dias, enquanto aguardava os resultados da demorada negociação para pagamento do pesado resgate exigido para libertação do rei da França. Por isso, o rei teria se empenhado na construção do hospital para assistência de moradia e alimentação a pelo menos 300 cegos. (SILVA, 1987, p. 158)

diversas pessoas com deficiência: um amputado bilateral das pernas usando apoios para as mãos e um cego usando um longo bastão, ambos com sacolas destinadas às esmolas (Fig. 8).



Figura 8 - Fra Angelico, “São Lourenço Distribui Bens aos Pobres”.

Fonte: Google Imagens, 2016.

Ambroise Paré (1510-1590) introduziu muitas inovações atuando como cirurgião como: uso de óleo fervente nos ferimentos de armas de fogo, com posterior adoção de uma mistura de óleo de rosas, clara de ovo e terebintina; uso de ferro em brasa para estancamento de sangue no caso de amputações; propôs uso de coletes reforçados com tiras de aço para problemas de desvio da coluna vertebral e botas especiais para pés tortos (SILVA, 1987, p. 167).

Um novo olhar sobre as PMR ocorreu no século XIX, a solução de marginalização e exclusão encontrada pela sociedade era justificada pela defesa que o melhor era criar organizações separadas com atendimento “especial”, menos onerosas. O processo de integração avançou com o potencial de trabalho das pessoas com deficiência, reforçada por Napoleão Bonaparte, respaldada também para que cobrisse as despesas individuais. Período de origem da escrita Braille, sistema desenvolvido por Louis Braille (1809-1852).

Influenciado pelas ideias europeias, o então Imperador do Brasil, Dom Pedro II (1840-1889) funda o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), hoje chamado Instituto Benjamin Constant (em homenagem ao seu terceiro diretor), e o Imperial Instituto dos Surdos Mudos (1857), hoje denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, ambos em atividade atualmente e referência nacional no tratamento dessas necessidades especiais (DICHER, s/d, p. 12).

O início do século XX vivenciou as primeiras os primeiros congressos e conferências para discussão sobre proteção e inclusão: Primeira Conferência sobre Crianças

Inválidas (Londres/Inglaterra, 1904), Congresso Mundial dos Surdos (Saint Louis/EUA, 1909), e a Primeira Conferência da Casa Branca sobre os Cuidados de Crianças Deficientes (Washington D.C./EUA, 1909).

As discussões foram interrompidas durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ganhando novas perspectivas pelo contingente de soldados mutilados. A previdência social e a compensação de acidentados no trabalho surgiram no cenário pós-guerra e incentivou a aprovação de programas de incentivo de retorno das pessoas aposentadas ao trabalho.

O alemão Adolf Hitler, ao declarar a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), emite um documento que instaura o Programa de Eutanásia na Alemanha nazista²⁴, onde sentenciava à morte doentes incuráveis, idosos senis, deficientes físicos e doentes mentais. Esta guerra deixou mais soldados mutilados.

Quando a Segunda Guerra Mundial foi deflagrada, o problema dos soldados vítimas de deficiências causadas pela guerra atraiu novamente a atenção do mundo. Mas a situação era bem diferente daquela deixada para Primeira Guerra Mundial, pois logo ao terminar o segundo conflito, já existiam serviços de reabilitação tanto para civis como para militares. ((SILVA, 1987, p. 224)

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, pela Carta das Nações Unidas, tinha o intuito de instaurar a paz entre as nações. Este objetivo foi reforçado e ampliado com Declaração dos Direitos Humanos (1948), que estabelece a proteção universal dos direitos humanos e adota o termo “invalidez”.

Artigo 25

§1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (ONU, 1948, s/p)

A adoção do termo “pessoa deficiente” é empregado oficialmente na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), da ONU. Define-se como qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades

²⁴ O programa de eutanásia em massa foi oficialmente encerrado em 1941, mas constatou-se que as execuções persistiram até o final da guerra, chegando-se à estimativa de “que 275 mil adultos e crianças com deficiência morreram nesse período e, outras 400 mil pessoas suspeitas de terem hereditariedade de cegueira, surdez e deficiência mental foram esterilizadas em nome da raça ariana pura”. (DICHER, s/d, p. 15).

físicas ou mentais. Contudo, a partir desta resolução não houve avanços sobre os direitos das pessoas com deficiência.

No Brasil Colônia era comum práticas de exclusão.

Durante o período colonial, usavam-se práticas isoladas de exclusão - apesar de o Brasil não possuir grandes instituições de internação para pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência eram confinadas pela família e, em caso de desordem pública, recolhidas às Santas Casas ou às prisões. As pessoas com hanseníase eram isoladas em espaços de reclusão, como o Hospital dos Lázaros, fundado em 1741. A pessoa atingida por hanseníase era denominada “leprosa”, “insuportável” ou “morfética”. A doença provocava horror pela aparência física do doente não tratado – eles possuíam lesões ulcerantes na pele e deformidades nas extremidades do corpo –, que era lançado no isolamento dos leprosários e na exclusão do convívio social. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 20)

No período Imperial (1822-1889) iniciou-se o processo de assimilação das diferenças com a criação do Hospício Dom Pedro II (1852), Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854) e, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (1856); todos situados na capital do Império, no Rio de Janeiro. Com o fim do período imperial, o Hospício Dom Pedro II passou a ser chamado de Hospício Nacional de Alienados, e os avanços foram lentos.

Na primeira metade do século XX, o Estado não promoveu novas ações para as pessoas com deficiência e apenas expandiu, de forma modesta e lenta, os institutos de cegos e surdos para outras cidades. As poucas iniciativas, além de não terem a necessária distribuição espacial pelo território nacional e atenderem uma minoria, restringiam-se apenas aos cegos e surdos. Diante desse déficit de ações concretas do Estado, a sociedade civil criou organizações voltadas para a assistência nas áreas de educação e saúde, como as Sociedades Pestalozzi (1932) e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (1954). Ainda na década de 50, o surto de poliomielite levou à criação dos centros de reabilitação física. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 20)

A legislação brasileira seguiu vagarosos passos de inclusão. As Constituições de 1824²⁵, de 1934²⁶, de 1937²⁷, de 1946²⁸ e de 1967²⁹ se limitavam ao direito de igualdade e, em caso de invalidez, direito previdenciário. Enfim, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o respeito e proteção da pessoa com deficiência, em diferentes cenários: direitos coletivos e

²⁵ Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824.

²⁶ Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 13 de julho de 1934. Organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico.

²⁷ Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.

²⁸ Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.

²⁹ Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967.

individuais, direitos sociais, competências da União, princípios da administração pública, assistência social, educação.

A ABNT criou em 1983 a NBR 9050, esta norma deve ter norteado a Lei nº 7.405/85³⁰, que apresenta as premissas para colocação do Símbolo Internacional de Acesso. A Lei adota o termo “pessoa portadora de deficiência”, que também aparece nas legislações posteriores. Como na Lei nº 7.853/89³¹, que estabelece normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências e sua efetiva integração social (art. 1º), e criou a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) foi criado pelo Decreto nº 3.076/99³², para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigidos a esse grupo social (art. 2º). O CONADE faz parte da estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). A Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência foi instituída no mesmo ano, pelo Decreto nº 3.298/1999³³.

Muitas denominações foram utilizadas ao longo do tempo refletindo a visão sobre deficiência. Termos genéricos como “inválidos”, “incapazes”, “aleijados” e “defeituosos” expressava a visão do século XX, como grupo de pessoas que representavam um fardo para a sociedade, pois não tinham valor. Com a organização de grupos sociais, adotaram as expressões “pessoas deficientes” e “pessoas portadoras de deficiência”. Esta última, é encontrada na Constituição, legislações e políticas que abordam o campo das deficiências.

Surgiram as expressões “pessoas com necessidades especiais” e “portadores de necessidades especiais”. Os movimentos sociais questionaram o termo “especial”, pois a luta

³⁰ Lei Federal nº 7.405, de 12 de novembro de 1985. Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.

³¹ Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

³² Decreto Federal nº 3.076 de 01 de junho de 1999. Cria, no âmbito do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE, e dá outras providências.

³³ Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

era por inclusão e por equiparação de direitos. No século XXI, a designação “portadora” foi discutida, pois transmite a ideia de a deficiência ser algo que se porta e, portanto, não faz parte da pessoa.

“Pessoa com deficiência” é o termo atualmente utilizado para designar este grupo social, adotado pela ONU em 2006, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Por causa desta Convenção, a Medida Provisória nº 483/10, convertida na Lei nº 12.314/10³⁴, atualizou o nome CONADE para Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Nesta pesquisa, por ser baseada na legislações, adotou-se o padrão do termo Pessoa com Deficiência e Pessoas com Mobilidade Reduzida, incluindo todas as pessoas que destes dois grupos.

O Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1991 as PMR representavam o percentual de 1,15% da população. Pela modificação dos critérios de avaliação (alguma dificuldade ou grande dificuldade de ouvir, enxergar e andar) e crescimento populacional, este percentual foi para 14,5% no Censo de 2000, ou seja, cerca de 24,5 milhões de pessoas (Graf. 1). Este Censo considerou diferentes tipos de deficiência e seus respectivos graus: deficiência mental; tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia; falta de um membro ou arte dele; alguma dificuldade de enxergar; alguma dificuldade de ouvir; alguma dificuldade de caminhar; grande dificuldade de enxergar; grande dificuldade de ouvir; incapaz de ouvir; incapaz de caminhar; incapaz de caminhar.

Para o Censo de 2010, foi pesquisada a existência dos tipos de deficiência permanente: visual, auditiva e motora, de acordo com o seu grau de severidade, e, também, mental ou intelectual (IBGE, 2010, p. 27). Os resultados do Censo Demográfico 2010 apontaram 45 606 048 milhões de pessoas que declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas, correspondendo a 23,9% da população brasileira.

³⁴ Lei Federal nº 12.314, de 12 de agosto de 2010. Altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; revoga dispositivos da Lei no 10.678, de 23 de maio de 2003; e dá outras providências.

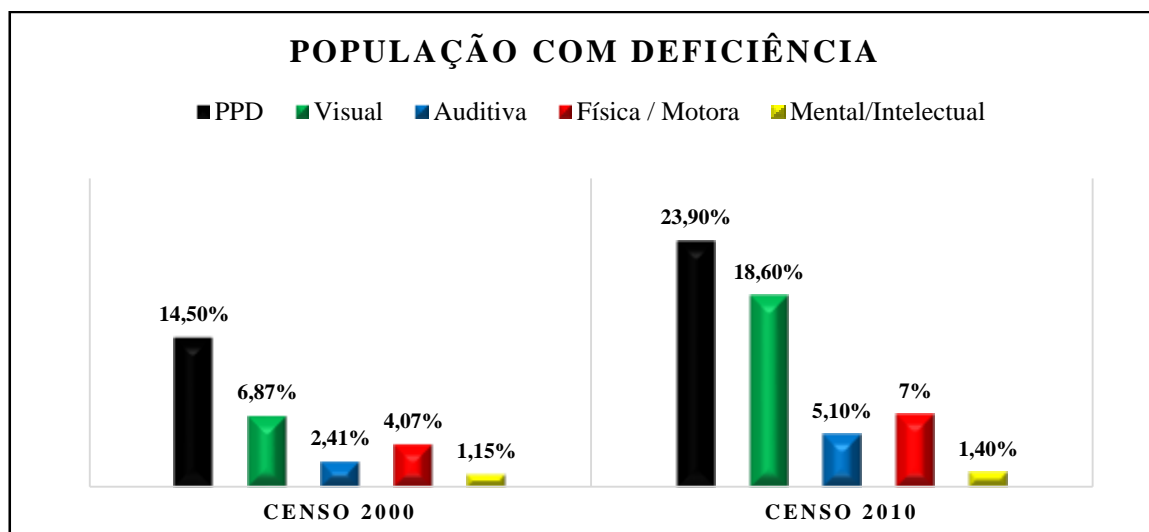


Gráfico 1 - População com Deficiência, Censo 2000 e 2010.

Fonte: IBGE, 2000 e 2010 (adaptado).

A mudança do conceito de deficiência acompanhou as inovações na área da saúde e a forma com que a sociedade se relaciona com a parcela da população que apresenta algum tipo de deficiência. Desta forma, não é possível fazer um comparativo direto entre dados dos Censos Demográficos de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1991, 2000 e 2010, pois houve reformulação das perguntas para se adequar à evolução dos conceitos.

No Censo de 2010, em relação à deficiência motora (Graf. 2) foi pesquisado se a pessoa tinha dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas (avaliada com o uso de prótese, bengala ou aparelho auxiliar, no caso da pessoa utilizá-lo), de acordo com a seguinte classificação:

- Não consegue de modo algum - para a pessoa que declarou ser permanentemente incapaz, por deficiência motora, de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa;
- Grande dificuldade - para a pessoa que declarou ter grande dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar;
- Alguma dificuldade - para a pessoa que declarou ter alguma dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar; ou
- Nenhuma dificuldade - para a pessoa que declarou não ter qualquer dificuldade permanente de caminhar e/ou subir escadas sem a ajuda de outra pessoa, ainda que precisando usar prótese, bengala ou aparelho auxiliar. (IBGE, 2010, p. 27)

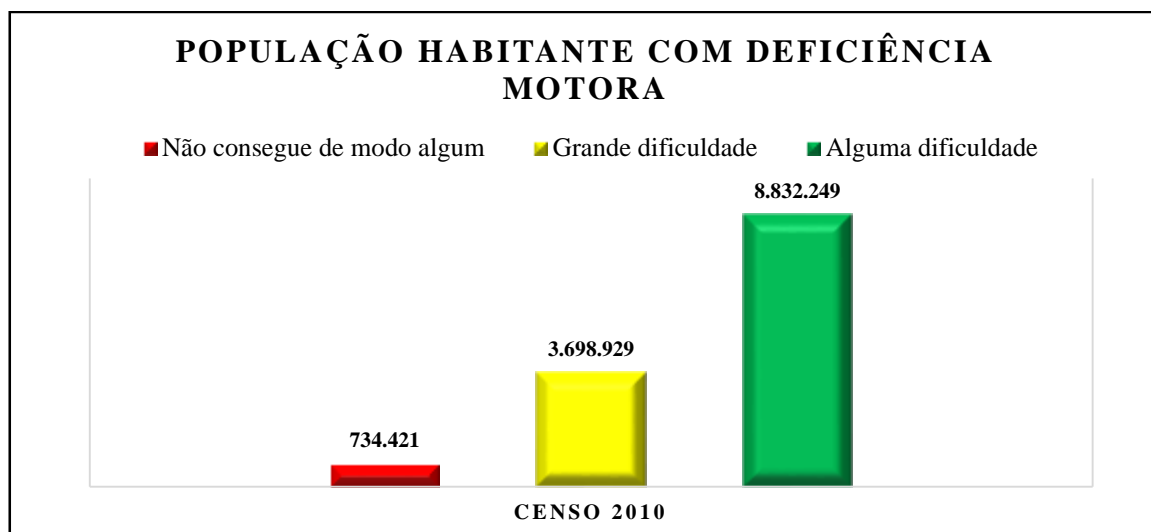


Gráfico 2 - População Habitante com Deficiência Motora, Censo 2010.
Fonte: IBGE 2010 (adaptado).

A deficiência física ou motora pode ser temporária: pois quando tratada permite que o indivíduo volte às suas condições anteriores; recuperável: quando permite melhora diante do tratamento, ou suplência por outras áreas não atingidas; definitiva: apesar do tratamento, o indivíduo não apresenta possibilidade de cura, substituição ou suplência; e compensável: permite melhora por substituição de órgãos, por exemplo, a amputação compensável pelo uso da prótese. Em relação à origem, pode ser hereditária, congênita ou adquirida.

A classificação topográfica engloba os termos paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia. As terminologias “para, mono, tetra, tri e hemi”, diz respeito à determinação da parte do corpo envolvida, significando respectivamente, “somente os membros inferiores, somente um membro, os quatro membros, três membros ou um lado do corpo” (MEC, 2007, p. 23)

4 TÉCNICA E LEGISLAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 dispõe no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I (dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), em seu art. 5º, *caput*: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. Juntamente com os seus 78 incisos mais quatro parágrafos, apresenta a base para o exercício dos direitos de igualdade das pessoas com deficiência e todos os cidadãos. O novo texto constitucional, do Código do Processo Civil, “assegura às partes igualdade tratamento” (art. 125, n. I), ou seja, prevê tratamento isonômico de todos perante a lei. Evita a discriminação assegurando o tratamento desigual para os desiguais, de acordo com as peculiaridades de cada indivíduo.

No Capítulo VII - da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, a Constituição estabelece que “A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência” (art. 227, II, § 2º). Reafirma, com a criação de legislação específica, os direitos de exercício da cidadania pelo acesso universal adequado. E o artigo 244 rege que “A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas com deficiência.”.

A Constituição versa sobre o direito de acessibilidade aos bens culturais existentes no país, como centros históricos, sítios arqueológicos, museus, bibliotecas etc.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. [...]

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: [...]

II produção, promoção e difusão de bens culturais; [...]

IV democratização do acesso aos bens de cultura; [...] (CF, 1988, art. 215)

A LF nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, seguiu as diretrizes da Constituição para estabelecer as ações governamentais indispensáveis ao cumprimento e ao exercício da cidadania das pessoas com deficiência. Atribui responsabilidades ao Poder Público e seus órgãos, ao Ministério Público, às Entidades Públicas da administração direta, indireta e

fundacional, e associações filantrópicas que desempenham funções institucionais. Compete ao Poder Público:

V - na área das edificações:

a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte. (LF nº 7.853/89, art. 2º)

A LF nº 7.853/89 é regulamentada dez anos mais tarde pelo DF nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Considera-se:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (DF nº 3.298/99, art. 3º)

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (DF nº 3.298/99, art. 4º)

Estas definições são apenas uma forma singela de caracterizar a perda permanente de funcionalidades, independente da forma que foi adquirida. O tratamento prioritário deve ser dispensado em prol da criação de meios de inclusão da pessoa com deficiência ao acesso e incentivo a projetos culturais, desportivos e de lazer.

A lei nº 10.098, sancionada em 2000, que regulamentou o art. 227, II, § 2º da Constituição, definiu normas gerais de acessibilidade nos edifícios público, de uso coletivo e privado, veículos de transporte coletivo e nos sistemas de comunicação e sinalização.

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Art. 12. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação. (LF nº 10.098/00, art. 11 e 12)

O ambiente, urbano ou edificado, é considerado acessível quando é convidativo e de fácil entendimento, permitindo a utilização por todas as pessoas, independentemente de qualquer condição física, cognitiva ou sensorial. Esta lei criou junto ao Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Acessibilidade, com dotação orçamentária específica e outorgando às organizações representativas de pessoas com deficiência a legitimidade para acompanhar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade.

Art. 22. É instituído, no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Acessibilidade, com dotação orçamentária específica, cuja execução será disciplinada em regulamento.

Art. 23. A Administração Pública federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.

Parágrafo único. A implementação das adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas referidas no caput deste artigo deverá ser iniciada a partir do primeiro ano de vigência desta Lei. (LF nº 10.098/00, art. 22 e 23)

De acordo com o Decreto, os prazos para promoção da acessibilidade já se esgotaram. Desta forma as edificações de uso público já existentes, administradas por entidades da administração pública, direta ou indireta, ou por empresas prestadoras de serviços públicos e destinados ao público em geral e instituições de ensino público, tiveram que se adequar até 02/06/2007. Enquanto o prazo até 02/12/2008 foi para teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, casa de espetáculos, salas de conferências e instituições de ensino privado.

Menciona no art. 25 que “As disposições desta Lei aplicam-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias observem as normas específicas reguladoras destes bens”. A acessibilidade aos bens culturais imóveis é complementada pelo Decreto nº 5.296/04:

Art. 30. As soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa nº 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, de 25 de novembro de 2003. (DF nº 5.296/04, art. 30)

A Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003, do IPHAN é um marco na tentativa de resolver o problema da acessibilidade em edificações e centros históricos. Ela visa:

1. Estabelecer diretrizes, critérios e recomendações para a promoção das devidas condições de acessibilidade aos bens culturais imóveis especificados nesta Instrução Normativa, a fim de equiparar as oportunidades de fruição destes bens pelo conjunto

da sociedade, em especial pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. (IPHAN, IN nº 1/2003)

Não apresenta soluções para ser adotadas no projeto de acessibilidade, uma vez que cada solução adotada é única, pois se deve levar em conta as características do imóvel, a demanda de usuários, o desenvolvimento de uma rota acessível³⁵ e a descaracterização do bem. A compatibilidade dos critérios de acessibilidade e preservação dos imóveis são estabelecidas em diretrizes:

- a) As intervenções poderão ser promovidas através de modificações espaciais e estruturais; pela incorporação de dispositivos, sistemas e redes de informática; bem como pela utilização de ajudas técnicas e sinalizações específicas, de forma a assegurar a acessibilidade plena sempre que possível, devendo ser legíveis como adições do tempo presente, em harmonia com o conjunto.
- b) Cada intervenção deve ser considerada como um caso específico, avaliando-se as possibilidades de adoção de soluções em acessibilidade frente às limitações inerentes à preservação do bem cultural imóvel em questão.
- c) O limite para a adoção de soluções em acessibilidade decorrerá da avaliação sobre a possibilidade de comprometimento do valor testemunhal e da integridade estrutural resultantes. (IPHAN, IN nº 1/2003)

Quando não for possível adequar o meio físico à acessibilidade, deve-se garantir o acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos cuja adaptação seja impraticável. No caso de sítios considerados inacessíveis ou com visitação restrita, devem ser oferecidos mapas, maquetes, peças de acervo originais ou suas cópias, sempre proporcionando a possibilidade de serem tocados para compreensão tátil.

As abordagens da Instrução Normativa do IPHAN e do Decreto 5.296/04 para a implantação do desenho universal³⁶ e acessibilidade foram norteadas pelas Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Com destaque para a NBR 9050:2015, que regulamenta a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Esta norma considera as pessoas com deficiência, idosos, pessoas com mobilidade reduzida, obesas, etc, para o desenvolvimento dos princípios do desenho universal:

- 1) uso equitativo: é a característica do ambiente ou elemento espacial que faz com que ele possa ser usado por diversas pessoas, independentemente de idade ou habilidade. [...]

³⁵ Rota acessível: interligação ou percurso contínuo e sistêmico entre os elementos que compõem a acessibilidade, compreendendo os espaços internos e externos às edificações, os serviços e fluxos da rede urbana. (IPHAN, IN 1, 2003)

³⁶ Desenho universal: solução que visa atender simultaneamente maior variedade de pessoas com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável. (IPHAN, IN nº 1, 2003)

- 2) uso flexível: é a característica que faz com que o ambiente ou elemento espacial atenda a uma grande parte das preferências e habilidades das pessoas.
- 3) uso simples e intuitivo: é a característica do ambiente ou elemento espacial que possibilita que seu uso seja de fácil compreensão, dispensando, para tal, experiência, conhecimento, habilidades linguísticas ou grande nível de concentração por parte das pessoas;
- 4) informação de fácil percepção: essa característica do ambiente ou elemento espacial faz com que seja redundante e legível quanto a apresentações de informações vitais. [...]
- 5) tolerância ao erro: é uma característica que possibilita que se minimizem os riscos e consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais na utilização do ambiente ou elemento espacial.
- 6) baixo esforço físico: nesse princípio, o ambiente ou elemento espacial deve oferecer condições de ser usado de maneira eficiente e confortável, com o mínimo de fadiga muscular do usuário. [...]
- 7) dimensão e espaço para aproximação e uso: essa característica diz que o ambiente ou elemento espacial deve ter dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente de tamanho de corpo, postura e mobilidade do usuário. (NBR 9050:2015, p. 32)

De acordo com a Norma, toda edificação de uso público ou coletivo deve ter pelo menos uma rota acessível, que inclui corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação, esta rota deve evitar capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares. O acesso às edificações devem ter suas entradas acessíveis, caso não seja possível, pelo menos um acesso secundário após esgotadas as possibilidades de adequação da porta principal.

A circulação, para ser considerável acessível, deve contar com, no mínimo, duas formas de deslocamento vertical. Os pisos devem atender aos padrões de revestimento, inclinação e desnível. As principais dificuldades na implementação da NBR 9050:2015 é o atendimento integral, pois não se pode descaracterizar o bem imóvel. Assim o bem se adaptado³⁷ e não acessível³⁸. Em relação ao Bens Tombados, a norma esclarece:

10.2.1 Todos os projetos de adaptação para acessibilidade de bens tombados devem obedecer às condições descritas nesta Norma, compatibilizando soluções com os critérios estabelecidos por órgãos legisladores, e sempre garantindo os conceitos de acessibilidade.

10.2.2 No caso de sítios, áreas ou elementos considerados inacessíveis ou com visitação restrita, deve-se garantir o acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos cuja adaptação seja impraticável, com divulgação

³⁷ Adaptado: espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis. (NBR, 9050:2015)

³⁸ Acessível: espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa. (NBR, 9050:2015)

das condições de acessibilidade do bem patrimonial informadas com antecedência ao visitante e vinculadas a todo material publicitário. (NBR 9050:2015)

A NBR 9050 foi criada em 1983, a primeira revisão se deu em 1994. A segunda revisão (2004) incluiu a mudança na inclinação de rampas de 10% para 8%; foi detalhado em comunicação e sinalização o item “piso tátil”, importante para a pessoa com deficiência visual, especificado como sendo de alerta ou orientação (relevo e rugosidade diferenciados) e sua localização e aplicação (início ou final de rampa, rebaixamento de guia, beiradas de plataformas, etc.); e em relação aos sanitários, o espaço livre entre o vaso sanitário e a abertura da porta passou para 60 cm e a instalação da barra de apoio em frente a pia passou a ser obrigatório.

Foi novamente revisada e entrou em vigor em 11 de outubro de 2015. Durou três anos o período de revisão onde a população e entidades puderam enviar pareceres, comentários e sugestões no intuito de contribuir para seu aprimoramento, após análise, as sugestões poderiam ser incorporadas ao texto final de acordo com a relevância.

A edição revisada inclui na definição de acessibilidade que as especificidades da norma também abrange pessoas com mobilidade. Conta com anexos para melhor ilustração e organização das informações técnicas.

5 PRESERVAÇÃO E ACESSIBILIDADE MOTORA EM EDIFICAÇÕES ACAUTELADAS

5.1 Museu da Inconfidência

O Museu da Inconfidência foi projetado e executado pelo capitão-general e governador da Capitania, Luís da Cunha Meneses, para abrigar a Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, as obras se iniciaram em 1785 e concluídas em 1863. Diferentes elementos arquitetônicos foram empregados para satisfazer as necessidades administrativas, judiciais, penitenciárias e religiosas: a torre sineira para convocação do povo, relógio público, salas de audiência e administrativas, cárcere, enfermaria, oratório, cozinha, tribunas, pátios. Na riqueza de detalhes, o edifício revela um estilo clássico que se sobrepõe a elementos barrocos e rococós.

A partir de 1863 a passa a funcionar apenas como prisão Estado, pois a Câmara muda-se para a sede definitiva na Praça Tiradentes. Sofre adaptações em 1907 e se transforma na Penitenciária Estadual, exerce esta função até construção da Penitenciária Estadual no município de Ribeirão das Neves, MG.

O presidente Getúlio Vargas, em 1938, doou o prédio recém esvaziado à União, para criação do Museu da Inconfidência, oficializado pelo Decreto-Lei nº 965/38. Esta iniciativa era para abrigar as ossadas de alguns dos inconfidentes falecidos no degredo, que transferidas da África para o Brasil, em 1936. Com isso, o SPHAN fica responsável pelas obras de restauração e adaptação do prédio.

A inauguração do Panteão, em 21 de abril de 1942, antecedeu a abertura do Museu da Inconfidência. Esta ocorreu em comemoração do bicentenário de nascimento de Tomás Antônio Gonzaga, em 11 de agosto de 1744. O Museu atuou como parte integrante do discurso nacionalista que considerou a sociedade mineira do século XVIII como símbolo nacional.

O Museu manteve inalterado a exposição das peças até 2005 e destacava o simbolismo do Panteão, seguindo os pressupostos da construção da identidade nacional, em uma relação pouco interativa com o público. Por influências e necessidade de modernização, o diretor Rui Mourão elaborou o projeto de reformulação do Museu.

[...] a proposta era ressaltar a importância da cidade de Ouro Preto como cenário importante da mineração setecentista e da Inconfidência Mineira, alegando que tal fato não ocorrera na proposta inicial da fundação do museu. “É muito estranho que nenhuma referência tenha sido feita à cidade palco da Conjuração. Ouro Preto não foi espaço neutro com relação aos acontecimentos [...]. A Inconfidência deverá ser incorporada à história ouropretana” (CEDRO, 2013, p. 66)

A reinauguração ocorreu em agosto de 2006, com direito a manchetes de jornais que enfatizavam a reforma física e museológica. Neste período foi desenvolvido e apresentado às entidades regulamentadoras o projeto arquitetônico de saída de emergência do Museu, com instalação de uma rampa. Considerando que edificação tombada isoladamente no Livro de Tombo das Belas Artes, em 29 de novembro de 1954 e, no Livro do Tombo Histórico, em 29 de novembro de 1959; e as legislações pertinentes ao caso (DL nº 25/37, LF nº 10.098/00 e IN nº 1/2003 do IPHAN), segue a cronologia dos trâmites burocráticos para intervenção no Museu da Inconfidência (Tab. 1).

Tabela 1- Trâmites burocráticos para inserção da porta de saída de emergência no Museu da Inconfidência.

Data	Nº do documento	Contexto
26/06/2006	Ofício/Gab.Dir.M.I. Nº164/2006	O Diretor do Museu Da Inconfidência, Rui Mourão, apresentou ao IPHAN a necessidade de construir uma saída de emergencia para o Museu e citou o desenvolvimento de seu projeto.
05/07/2006	Of. Nº 422/2006	O Chefe do Escritório Tecnico do IPHAN evidenciou a possibilidade de aprovação perante as justificativas e solicitou maior detalhamento do projeto, com apontamento de informações tecnicas obrigatórias.
30/03/2007	Memorando 088/2007	O IPHAN apresentou posição favorável à intervenção de abertura da saída de emergência.
02/05/2007	Ofício/Gab./13ºSR/ IPHAN nº 0433/07	O IPHAN comunicou ao Prefeito de Ouro Preto a sua aprovação do projeto de intervenção e solicitou à Prefeitura a análise e aprovação.
02/05/2007	Ofício/Gab./13ºSR/ IPHAN nº 0432/07	O IPHAN comunicou a aprovação do projeto de intervenção e submissão à Prefeitura da cidade.
21/09/2007		A Associação Patrimonial de Ouro Preto (APOP) solicitou do IPHAN a suspensão da obra até que se esclarecesse para Comunidade Ourpretana os critérios de aprovação e intervenção.
26/09/2007	Ofício/Gab./13ºSR/ IPHAN nº 0965/07	O IPHAN comunicou à APOP as datas de protocolo do projeto e de sua aprovação pela Instituição.
01/10/2007		A Sra. Claudia C. E. Santo declarou à Promotoria de Justiça que a obra de intervenção causaria descaracterização do patrimônio.
02/10/2007	Ofício nº 664/2007/ 4ªPJOP	A Promotoria de Justiça requisitou que o IPHAN informasse, dentro de 48 horas, o projeto aprovado e os possíveis danos ao patrimônio.
04/10/2007	Ofício nº 665/2007/ 4ªPJOP	A Promotoria de Justiça comunicou ao IPHAN o adiamento do inicio da obra até o aval do Ministério Público.
05/10/2007	Of. Nº 895/2007 – ETI OP/IPHAN	O IPHAN informou à Promotoria da Justiça sobre a aprovação do projeto.
09/10/2007	Of. Nº 907/2007 – ETI OP/IPHAN	O IPHAN encaminhou à Prefeitura uma Ficha de Análise referente à execução da obra.
15/10/2007	Of. Nº 931/2007 – ETI OP/IPHAN	O IPHAN encaminhou à Promotoria de Justiça a documentação sobre a aprovação da da saída de emergencia do Museu da Inconfidência.

27/11/2007		Termo de Ajustamento de Conduta entre Ministério Público, Museu da Inconfidência e IPHAN estabeleceu as obrigações e ajustes no projeto para o andamento da obra, com parazos e multas.
07/12/2007	Of. Nº 1123/2007 – ETI OP/IPHAN	O IPHAN comunicou à Promotoria de Justiça a aprovação das alterações do projeto, de acordo com as solicitações do Ministério Público.
20/12/2007	Ofício/Gab./13ºSR/ IPHAN nº 1307/07	O IPHAN comunicou a aprovação do projeto de intervenção e submissão à Prefeitura da cidade.
20/12/2007	Ofício/Gab./13ºSR/ IPHAN nº 1308/07	O IPHAN comunicou ao Prefeito de Ouro Preto a sua aprovação do projeto de intervenção e solicitou à Prefeitura a análise e aprovação.

Fonte: Arquivo do Escritório Técnico do IPHAN de Ouro Preto (adaptado).

No Memorial Descritivo a intervenção foi justificada por se tratar de uma edificação sem janelas³⁹, pela necessidade de possuir, no mínimo, duas saídas⁴⁰, ser classificada como uma edificação em que o fogo é fácil de propagar (piso de madeira), rampa para unir o nível externo ao do saguão⁴¹ e condições de acessibilidade às PMR. O projeto consistia na abertura de uma janela para a porta de emergência, escolhida de acordo com a topografia (Fig. 9). Não foi escolhida a porta existente no projeto original, pois é o espaço que abriga o Panteão.

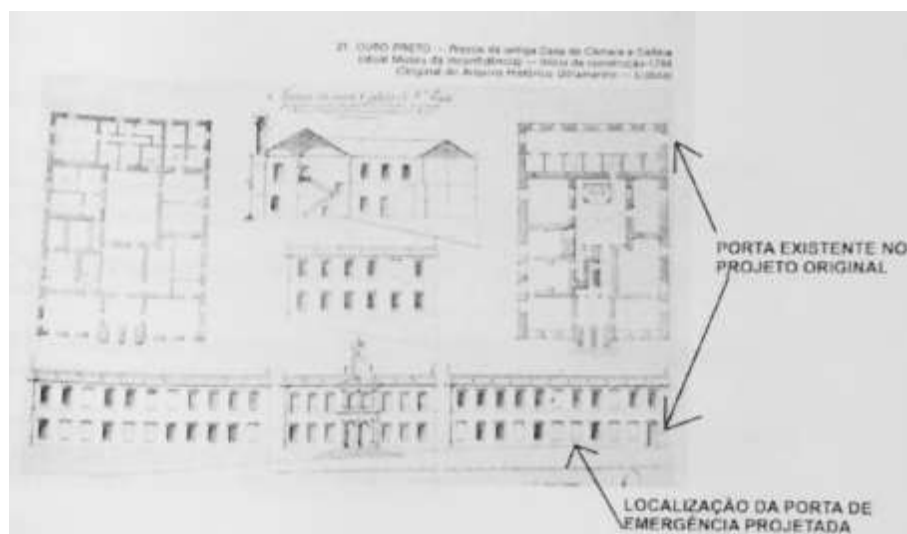


Figura 9 – Proposta de saída de emergência do Museu da Inconfidência.

Fonte: PEREIRA, 2007, p.4.

A intervenção seguiu a premissa da reversibilidade. Como a escada possui estrutura independente, apenas apoia na cantaria, dispensando a realização de furos na mesma. As especificações sobre material da rampa, largura, inclinação, guarda-corpo e corrimão foram criteriosamente analisadas e enquadradas às normas vigentes.

³⁹ Todas as janelas da edificação possuem grades fixas decorrente do seu uso original (prisão), sendo considerada pela NBR 9077, uma edificação sem janela. (PEREIRA, 2007, p. 2)

⁴⁰ Possuía apenas as duas portas de entrada, ambas situadas na fachada frontal, uma ao lado da outra. As saídas devem ser o mais afastado possível uma da outra. (PEREIRA, 2007, p. 3)

⁴¹ A rampa atenderia à NBR 9077 e NBR 9050. Também viabilizaria o acesso de pessoas em cadeira de rodas, pois a única forma de acesso era as escadarias localizadas na fachada frontal. (PEREIRA, 2007, p.3)

No Museu da Inconfidência e no Escritório Técnico do IPHAN de Ouro Preto não foram encontrados arquivos sobre o projeto ou obra de instalação do elevador na edificação do Museu. Dentre as outras fontes de pesquisa, também não consta informação sobre esta intervenção.

5.2 Casa da Baronesa

A Casa da Baronesa foi construída na segunda metade do século XVIII para residência da família do Barão de Camargos. O herdeiro Antônio Teixeira de Souza Magalhães doou o edifício para a União, em dezembro de 1941. Desta forma, passou a funcionar como hospedaria dos técnicos do patrimônio nas visitas à Ouro Preto e contava com um zelador contratado pela instituição.

A edificação foi aberta em 1971, para atividades de elaboração do Plano de Preservação de Ouro Preto, desenvolvido pelo arquiteto e professor Viana de Lima, português contratado pela UNESCO.

O IPHAN, a UFOP e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP) firmaram um convênio e durante sua vigência, de 1979 a 1981, a Casa da Baronesa hospedou a equipe de Obras Urgentes, o Núcleo de Geologia e a equipe de Projeto de Interação. Sediou cerca de 30 técnicos, em seguida, a função de hospedaria foi finalizada.

Com a cessão do convenio pela UFOP e PMOP, a partir de 1983, a Casa passou a sediar o Escritório Técnico do IPHAN de Ouro Preto, atual 13ª Sub-Regional. Entre 1993 e 1996, o IPHAN-OP em conjunto com o Setor Educativo do Museu da Inconfidência, firmou convenio com a PMOP, no pavimento térreo foi desenvolvido a Oficina do Projeto Museu-Escola.

A Casa da Baronesa integrou as obras de restauração do Programa Monumenta, o projeto foi desenvolvido a partir do segundo semestre de 1999 e concluído em maio de 2000. Os arquitetos responsáveis pelo projeto construíram plantam que ilustram a cronologia construtiva da edificação fundamentadas em plantas históricas, fotos e prospecções arquitetônicas (Fig. 10-12).

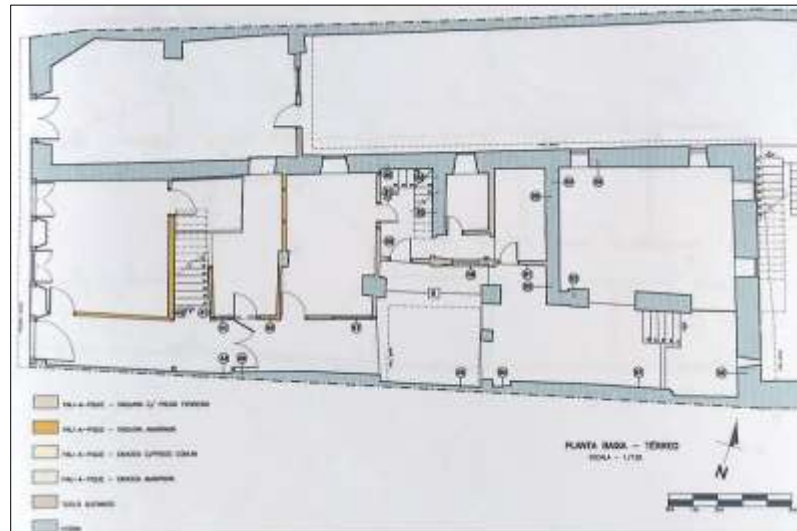


Figura 10 - Planta baixa do pavimento térreo da Casa da Baronesa, com identificação dos materiais.
Fonte: IPHAN, 2000.

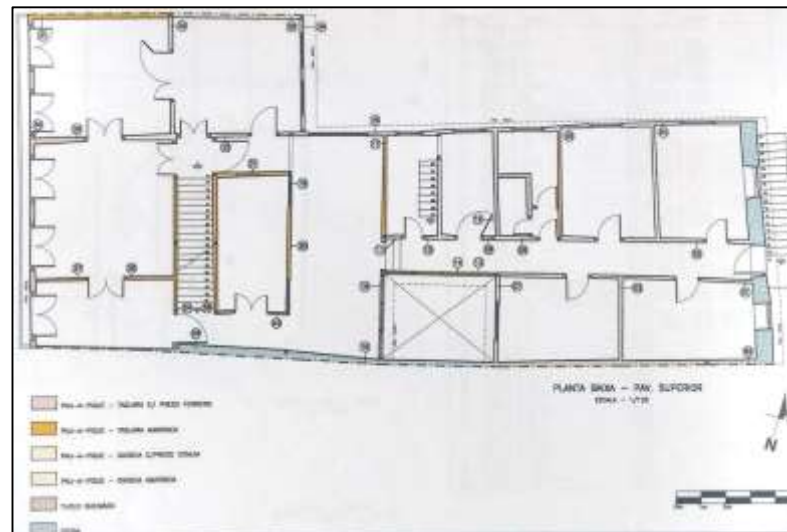


Figura 11 - Planta baixa do pavimento superior da Casa da Baronesa, com identificação dos materiais.
Fonte: IPHAN, 2000



Figura 12 - Planta baixa do sótão da Casa da Baronesa, com identificação dos materiais.
Fonte: IPHAN, 2000.

A proposta de intervenção não abrange intervenções de acessibilidade. Nas especificações dos sanitários do pavimento térreo há “barra de apoio para deficientes físicos”,

com instalação a 85 de altura. Em 03 de janeiro de 2006, o IPHAN expediu o Of. N° 002/2006 – ETI OP/IPHAN para a Coordenação da UEP-Monumenta/BID, onde encaminhou cópia do termo de referência para a contratação do projeto arquitetônico de acessibilidade da Casa da Baronesa, enfatizando que, por ser sede do IPHAN, deve servir de exemplo e modelo para outras intervenções (conforme estabelece a IN n° 1/2003, item 1.3.1, subitem a).

A Casa da Baronesa, sede do IPHAN em Ouro Preto, e inscrita no Programa Monumenta, é uma edificação do séc. XVIII, e não oferece condições físicas para a acessibilidade do deficiente físico, contrariando o disposto na lei federal 10.098 de 19/12/2000 referente ao assunto. Para seu atendimento faz-se necessária a elaboração de projeto arquitetônico com elementos arquitetônicos a serem instalados no prédio que possibilitem o acesso do deficiente nas áreas abertas ao público, de acordo com as normas técnicas vigentes, NBR 9050/04 e com as características da edificação. (IPHAN, 2006, Of. N° 002/2006 – ETI OP/IPHAN)

O termo de referência expôs corretamente as peculiaridades da edificação perante às legislações de acessibilidade. O Of. N° 735/2008 – ETI OP/IPHAN, de 30 de julho de 2008, foi apresentado em resposta à Promotoria de Justiça, citando que o Projeto de Acessibilidade encontrava-se em fase de desenvolvimento. Não foram encontrados mais documento referente ao desenvolvimento do Projeto de Acessibilidade da Casa da Baronesa, não havendo qualquer documento que comprove seu desenvolvimento.

No Projeto de Prevenção de Combate a Incêndios e Pânico, desenvolvido em 2007, foram encontradas algumas considerações sobre acessibilidade na Casa da Baronesa, como a instalação de corrimão nas escadas fixas e de fitas antiderrapantes nos patamares das escadas fixas. E na escada de saída de emergência, guarda-corpo com altura de 1,3m, e perfil metálico superior do guarda-corpo com diâmetro de 5cm.

5.3 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

A primitiva Matriz de Nossa Senhora da Conceição teria sido construída pelo bandeirante Antônio Dias logo no início da instalação do primeiro arraial, no fim do século XVII. Em 1727, com a necessidade de uma edificação ampla, Manuel Francisco Lisboa ficou encarregado de elaborar o projeto. A obra de construção e ornamentação se estendeu até os primeiros anos do século XIX.

No que diz respeito à fachada, há relatos dos moradores da própria comunidade que em 1794 já estaria arruinada, e que foi reconstruída no século XIX. Influências neoclássicas foram observadas nessa reconstrução, mas não chegou a alterar substancialmente a obra original.

Em 1935/6 foram realizados alguns trabalhos intervencionistas de restauração parcial, comandada pela Inspetoria de Monumentos Nacionais, sob a direção d Engenheiro Epaminondas de Macedo, que depois da reforma do meio do século XVIII, foi a primeira grande intervenção, onde foram executados os seguintes serviços: novo barroteamento e recomposição da escada de acesso, assoalhamento da sala do Consistório, assoalhamento do corpo da igreja, com substituição dos barrotes apodrecidos, remoção da pintura a óleo que recobria peças de cantaria como, parte das pilastras do arco do cruzeiro, escadaria da capela-mor e as pias da entrada, remoção das repinturas da capela-mor.

A maior parte do seu acervo documental foi perdida, inclusive os livros da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Em 1949, o então DPHAN iniciou a remoção da repintura dos elementos da capela-mor, entretanto não concluíram este trabalho. A partir de meados de 1980, o IEPHA-MG realizou um trabalho considerável de conservação abrangendo diversas partes da edificação, como telhado, forros, pisos, pintura, rede elétrica, rede hidráulica, inclusive chafarizes, entre outros serviços. Esse trabalho teve um custo financeiro muito alto, mas a intervenção foi necessária, pois o monumento estava bem deteriorado.

O Projeto de restauração elaborado pela empresa Século 30, em 2000, referia-se basicamente a serviços de conservação dos componentes do edifício e adequação das instalações existentes, ignorando qualquer intervenção de acessibilidade. Pela demora do início da execução da obra, o estado de conservação da edificação se agravou, principalmente por infiltrações no telhado, culminando na sua interdição a partir de 11/02/2013.

A revisão do projeto de restauração ocorreu em 2009/2010, e mais uma vez foi ignorada qualquer intervenção de acessibilidade. Nos arquivos pesquisados, a Secretaria de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, por meio do Ofício 236/2010 encaminhado ao IPHAN, solicita informações sobre a previsão de algum equipamento que promova a acessibilidade universal para o andar superior (consistório e tribunas) do Museu do Aleijadinho, em caso negativo, indaga sobre o desenvolvimento destas soluções.

E, mais uma vez, fica no ar as soluções adotadas em projetos de restauração do patrimônio edificado que não atendem as legislações pertinentes, não adotando ou propondo

soluções de acessibilidade. A obra de restauro já está em execução e quando será cumprida a legislação de acessibilidade?

6 RESULTADOS

Os resultados apresentam dados gráficos da Lista de Análise de Deficiência Motora, desenvolvida com base nos padrões antropométricos e técnicos da NBR 9050:2015; os itens foram verificados e enquadrados nas opções (i) Sim: quando o item avaliado se adequa à NBR 9050; (ii) Não: quando não se adequa à norma; (iii) Não Existe: quando o item não existe na edificação avaliada. Esta análise quantitativa apresenta o percentual de adequação dos itens analisados à norma da ABNT.

A Lista de Avaliação da Acessibilidade Motora nos edifícios, preenchida por uma PMR, com deficiência física após visitas aos objetos de estudo, foi classificada em (i) Acessível: quando a pessoa avaliadora não teve dificuldade em usufruto/acesso do ambiente; (ii) Semi acessível: houve dificuldade na utilização e/ou acesso aos ambientes; (iii) Inacessível: incapaz de acessar/utilizar ambientes das edificação avaliada.

A pessoa que possui deficiência física e que avaliou a edificações analisadas teve paralisia infantil, o que comprometeu os movimentos dos membros inferiores de forma significativa e alguns membros superiores. Sua locomoção é sem o uso de cadeira de rodas, mas requer o uso de corrimão ou paredes para vencer desníveis e escadas. Apesar de se acostumar com os obstáculos enfrentados no dia-a-dia em Ouro Preto, a avaliação buscou evidenciar os pontos alarmantes de acessibilidade no edifícios. Esta análise qualitativa reforça a efetividade do diagnóstico de acessibilidade motora.

6.1 Museu da Inconfidência

As calçadas do Museu da Inconfidência se diferem no entorno da edificação (Gráf. 3). A calçada principal segue as características da tipologia das ruas do centro histórico de Ouro Preto, com paralelepípedo. O acesso pela rua Antônio Pereira não apresenta calçada, pela estreita largura da rua, apenas o lado oposto ao Museu possui calçada. A lateral esquerda e os fundos não possuem demarcação de calçada, esta se confunde com o calçamento de pedras que possui variados desníveis. A avaliação das calçadas (Graf. 4) observou a falta de estabilidade pela trepidação trafego de veículos e os desníveis da superfície.

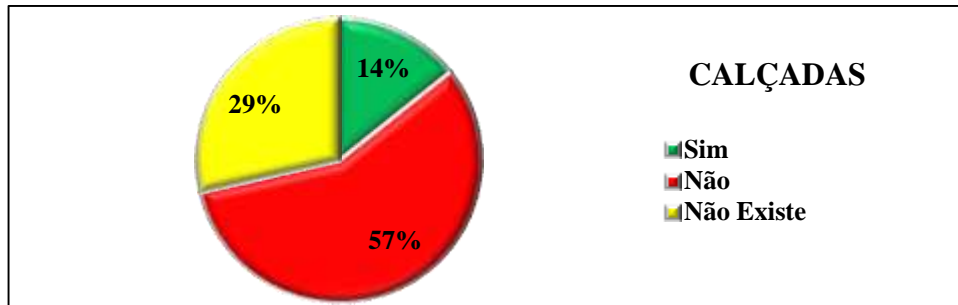


Gráfico 3 - Adequação das Calçadas do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

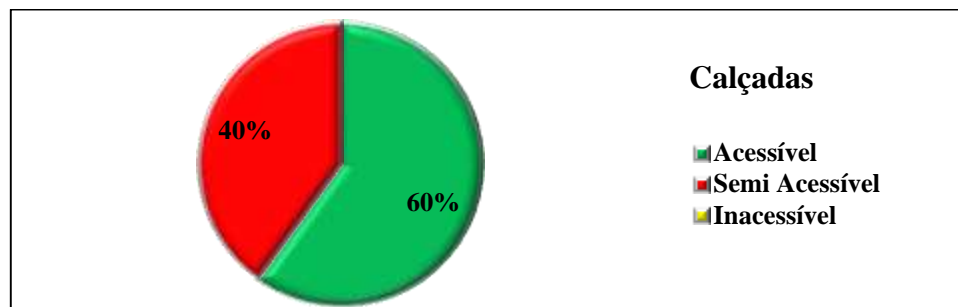


Gráfico 4 - Avaliação da Acessibilidade das Calçadas do Museu da Inconfidência.

Fonte: autora, 2016.

O rebaixamento de calçada situa-se na calçada principal do Museu. A superfície transmite para o pedestre toda a trepidação causada pelo intenso tráfego de veículos, e também é em paralelepípedo, ou seja, material derrapante (Graf. 5). Na avaliação, a inclinação foi considerada acessível, e características do piso semi acessível (Gráf. 6).

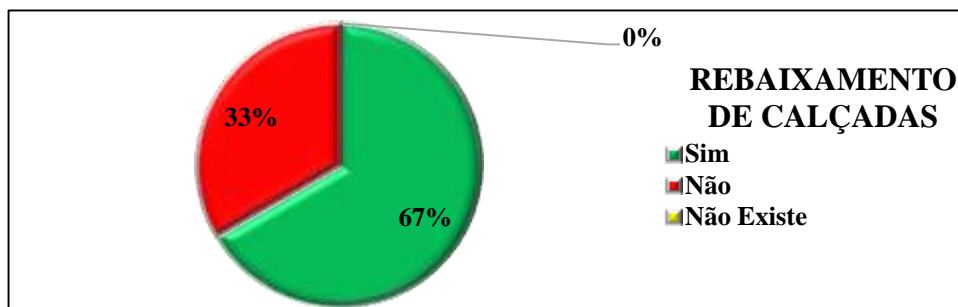


Gráfico 5 - Adequação do Rebaixamento de Calçadas do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

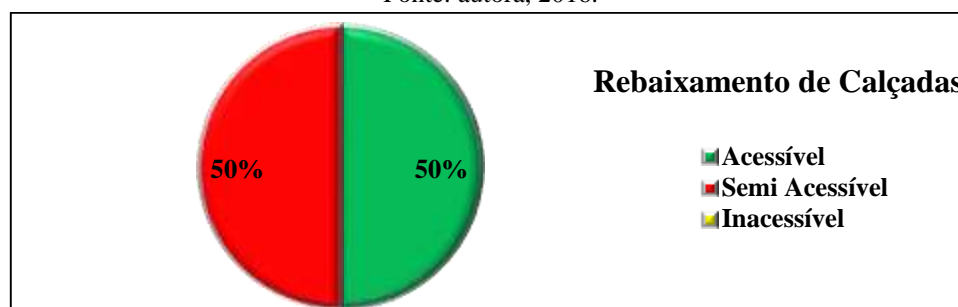


Gráfico 6 - Avaliação da Acessibilidade do Rebaixamento de Calçadas do Museu da Inconfidência.

Fonte: autora, 2016.

Grelhas, juntas de dilatação, tampas de caixas de inspeção e visitas não foram identificadas nas calçadas e circulação nas áreas do Museu, sua ocorrência é fora da área de circulação, desta forma, os itens avaliados neste tópicos se enquadraram em “Não Existe” (Graf. 5). Como não possui coletores, este item não foi avaliado em relação à acessibilidade.

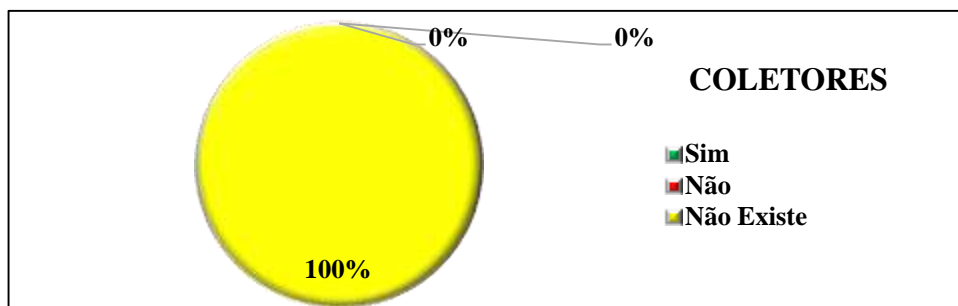


Gráfico 7 - Adequação dos Coletores do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

Entre os critérios para avaliação da Circulação Externa, o item que se adequou foi a ausência de obstáculos como coletores, lixeiras, floreiras, telefones públicos e outros. Sobre a faixa de circulação “Não Existe” elementos suspensos (Graf. 8). Foi considerado semi acessível a superfície do piso e os desníveis (Graf. 9).

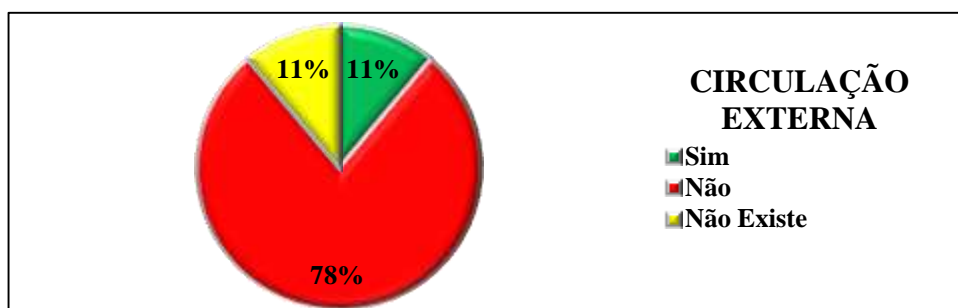


Gráfico 8 - Adequação da Circulação Externa do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

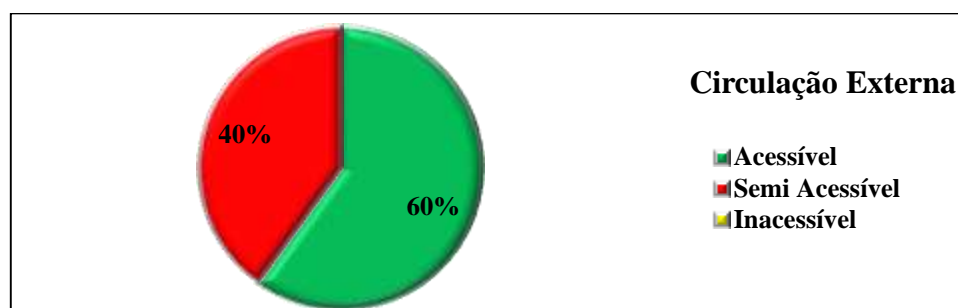


Gráfico 9 - Avaliação da Acessibilidade da Circulação Externa do Museu da Inconfidência.

Fonte: autora, 2016.

A Circulação Interna (Graf. 10) abrange a análise do piso, desníveis, inclinação, corredores, degraus, escadas, presença de obstáculos e sinalização. A dimensão dos corredores

se adequa à norma, assim como os pisos e suas inclinações. A presença de corrimão é notada apenas na área externa que possui rampa. Na circulação do primeiro piso há degraus isolados, com alturas distintas, entre os diferentes espaços. A acessibilidade avaliada apontou os degraus isolados como semi acessíveis (Graf. 11).

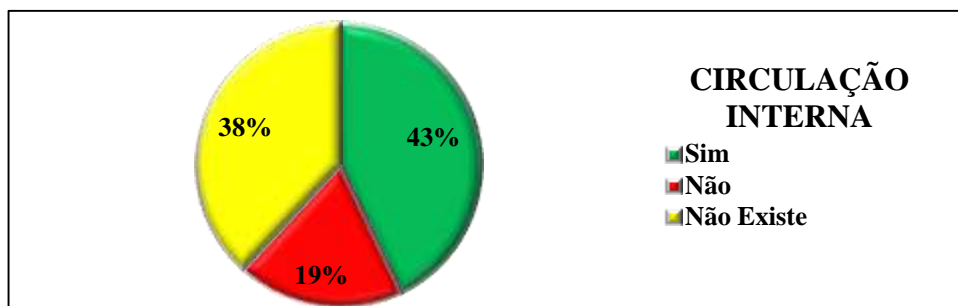


Gráfico 10 - Adequação da Circulação Interna do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.
Fonte: autora, 2016.

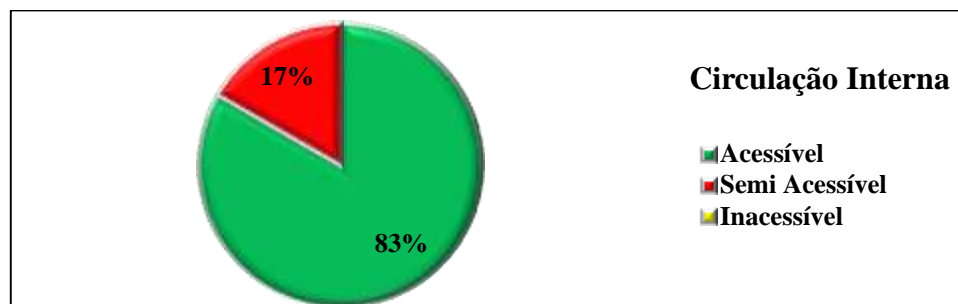


Gráfico 11 – Avaliação da Acessibilidade da Circulação Interna do Museu da Inconfidência.
Fonte: autora, 2016.

A localização do elevador não pode ser considerada pois há degraus no percurso para seu acesso, a dimensão da porta está abaixo de 80cm, a cabine está abaixo das dimensões técnicas e não possui corrimão. Condiz à norma: a superfície do piso antiderrapante, a iluminação da cabine, disposição e características do painel de comando (Gráf. 12). Em relação aos itens de avaliação dos elevadores, foi apontada a ausência de corrimão (Gráf. 13).

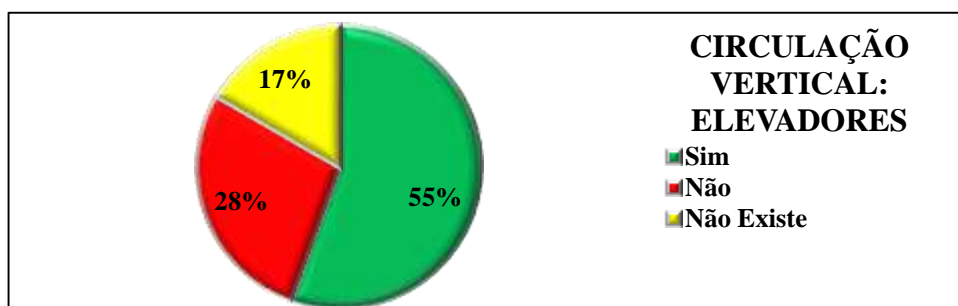


Gráfico 12 - Adequação da Circulação Vertical: Elevadores do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.
Fonte: autora, 2016.

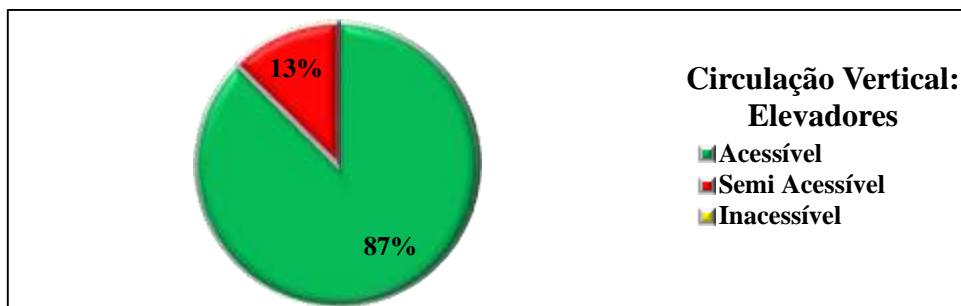


Gráfico 13 – Avaliação da Acessibilidade da Circulação Vertical: Elevadores do Museu da Inconfidência.
Fonte: autora, 2016.

A rampa, inserida em 2007, atende a norma técnica em partes, deixa a desejar pela ausência de patamar no início da rampa (Graf. 14), porém foi classificada como 100% acessível (Gráf. 15).

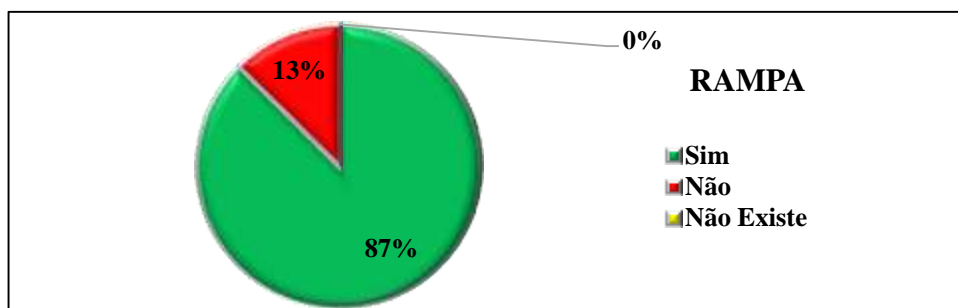


Gráfico 14 - Adequação da Rampa do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.
Fonte: autora, 2016.

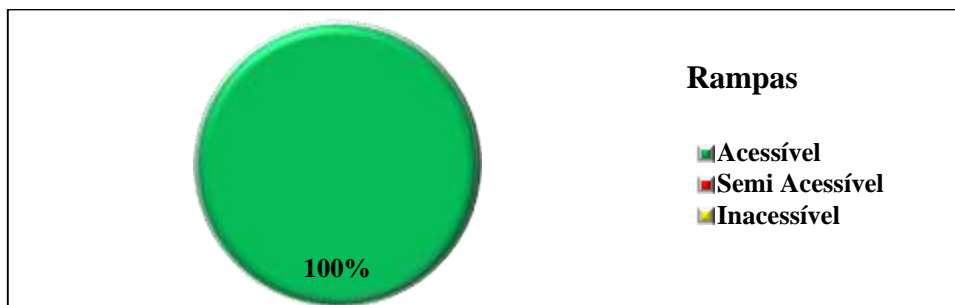


Gráfico 15 – Avaliação da Acessibilidade da Rampa do Museu da Inconfidência.
Fonte: autora, 2016.

O Museu possui três escadas fixas. A primeira é a de acesso ao saguão, a segunda junto à rampa e, a terceira, que liga o primeiro e o segundo piso. O desnível destas escadas podem ser vencidos por uma Cadeira Startup Canadense (Fig. 13), adquirida pelo Museu. Ela acopla a cadeira de rodas do visitante e através de uma esteira rolante dentada, vence os desníveis das escadas. Como ferramenta de segurança, também possui uma régua (Fig. 14) que deve ser situadas entre dois patamares e, de acordo com a profundidade do piso e altura do espelho, é possível identificar visualmente se é seguro a utilização da Startup na escada.



Figura 13 - Cadeira Sthartup Canadense.
Fonte: autora, 2016.



Figura 14 – Régua de segurança para utilização da Cadeira Sthartup Canadense.
Fonte: autora, 2016.

Apenas a escada associada à rampa possui corrimão, as dimensões dos espelhos e pisos da escada não constantes e a inclinação transversal das escadas é acentuada pelo desnível que vencem (Graf. 15). A ausência de corrimão dificulta a autonomia no uso de escadas, bem como a altura dos degraus isolados (Gráf. 16).

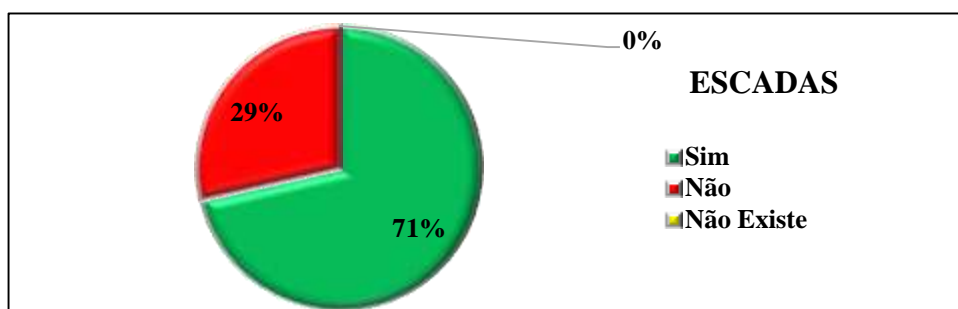


Gráfico 16 - Adequação das Escadas do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.
Fonte: autora, 2016.

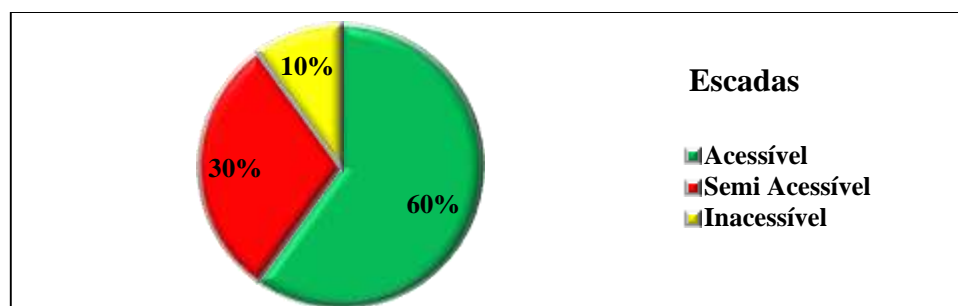


Gráfico 17 – Avaliação da Acessibilidade das Escadas do Museu da Inconfidência .
Fonte: autora, 2016.

O corrimão, como já citado, é encontrado apenas na saída de emergência, mesmo se caracterizando como uma intervenção recente, não possui prolongamento horizontal. Os

guarda-corpos estão presentes na escadas fixas e na rampa, apresentando diferentes características (Graf. 18-19).

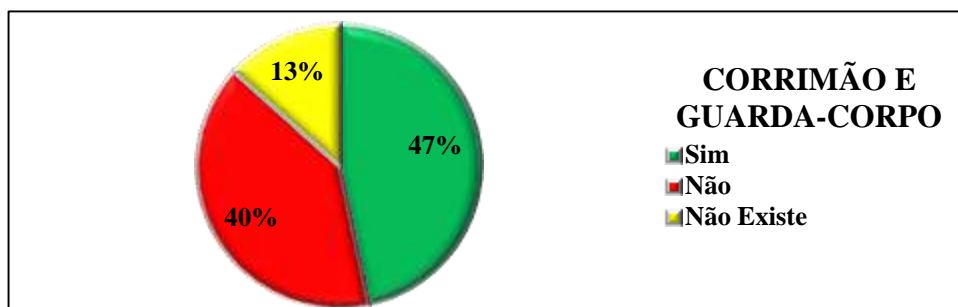


Gráfico 18 - Adequação do Corrimão e Guarda-Corpo do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

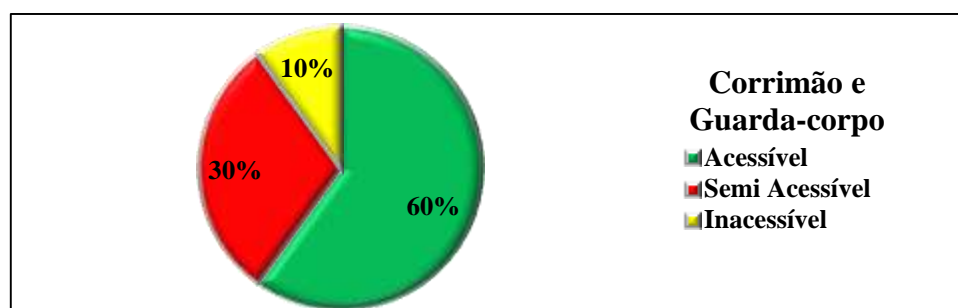


Gráfico 19 – Avaliação da Acessibilidade do Corrimão e Guarda-Corpo do Museu da Inconfidência.

Fonte: autora, 2016.

A localização dos sanitários, bem como do elevador, não pode ser considerada pois há degraus no percurso para seu acesso. O banheiro acessível apresenta dimensões inferiores ao padrão da NBR 9050 para área de transferência e manobra, as barras de apoio têm comprimento inferior a 80 cm (Gráf. 20). A PMR Física avaliadora não apresentou dificuldade significativa no uso do sanitário (Graf. 21).

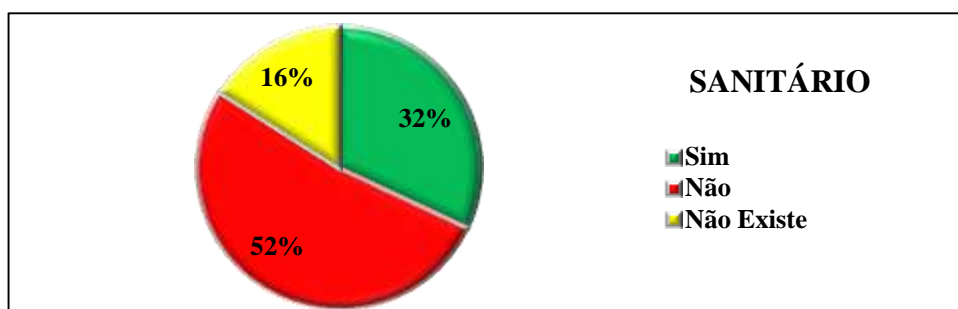


Gráfico 20 - Adequação do Sanitário do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

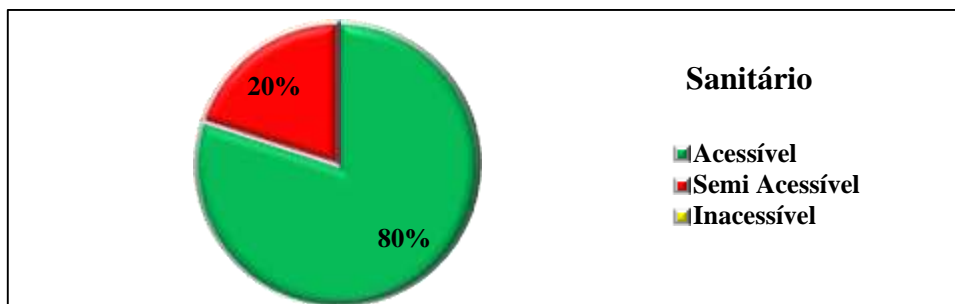


Gráfico 21 – Avaliação da Acessibilidade do Sanitário do Museu da Inconfidência.

Fonte: autora, 2016.

As portas possuem o vão livre acima de 80cm e áreas necessárias para abertura completa. Não possuem maçanetas, pois conserva as ferragens do tempo de cadeia e, no primeiro piso, há desnível de degraus em algumas soleiras de portas (Gráf. 22-23).

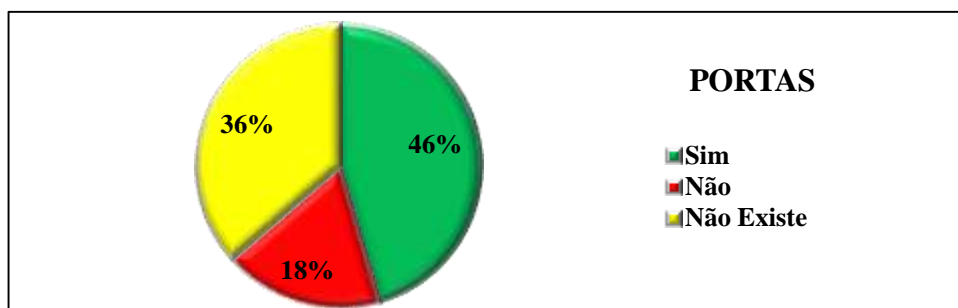


Gráfico 22 - Adequação das Portas do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

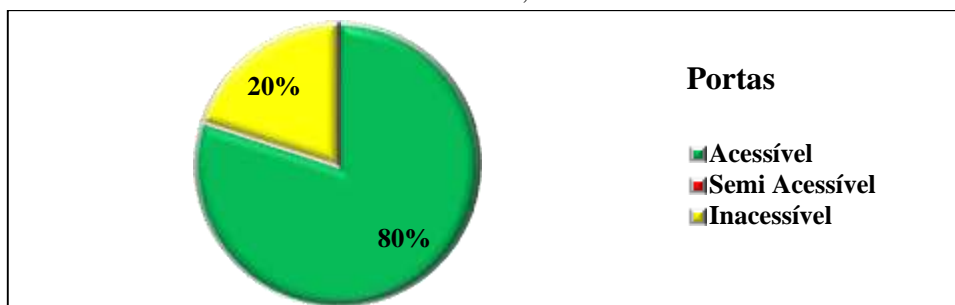


Gráfico 23 – Avaliação da Acessibilidade das Portas do Museu da Inconfidência.

Fonte: autora, 2016.

A altura máxima do bebedouro está adequada, porém não possui altura livre inferior e modulo de referência para aproximação frontal (Gráf. 14).

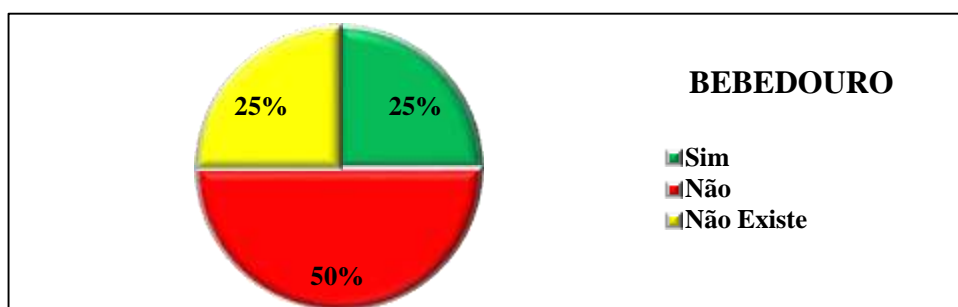


Gráfico 24 - Adequação do Bebedouro do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

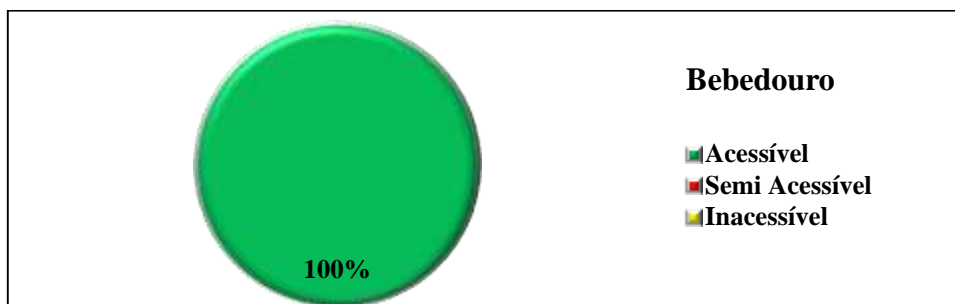


Gráfico 25 – Avaliação da Acessibilidade do Bebedouro do Museu da Inconfidência.

Fonte: autora, 2016.

O estacionamento é privativo para funcionários do Museu, portanto não há vagas reservadas e sequer sinalização horizontal das vagas. Se chegar uma PMR em seu veículo, esta é autorizada a utilizar o estacionamento e o trajeto até rampa de acesso à edificação é livre de obstáculos (Gráf. 26).

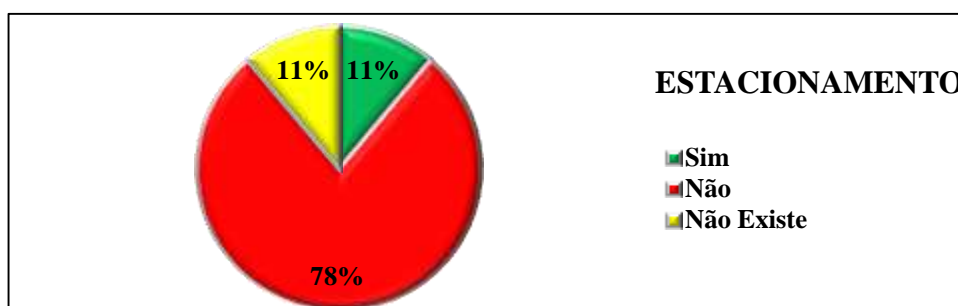


Gráfico 26 - Adequação do Estacionamento do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

A análise Geral (Gráf. 27), como o próprio nome diz, refere à conclusão final de adequação à norma.

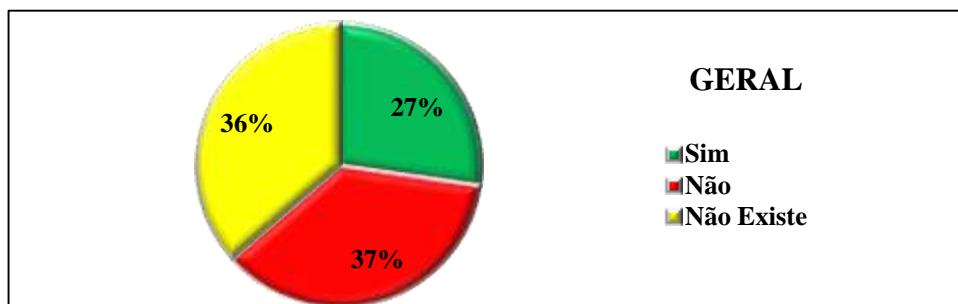


Gráfico 27 - Adequação Geral do Museu da Inconfidência à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

6.2 Casa da Baronesa

O pequeno trecho de calçada da Casa da Baronesa corresponde à fachada principal, inserida na Praça Tiradentes, se adequa à norma em 31% dos itens avaliados (Gráf. 28). As calçadas de bloco de pedra possui muitas irregularidades, semi acessível (Gráf. 29). Não há rebaixamento da calçada.

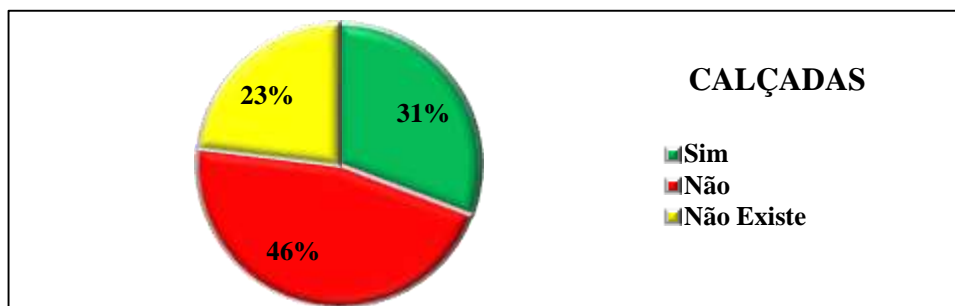


Gráfico 28 - Adequação das Calçadas da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

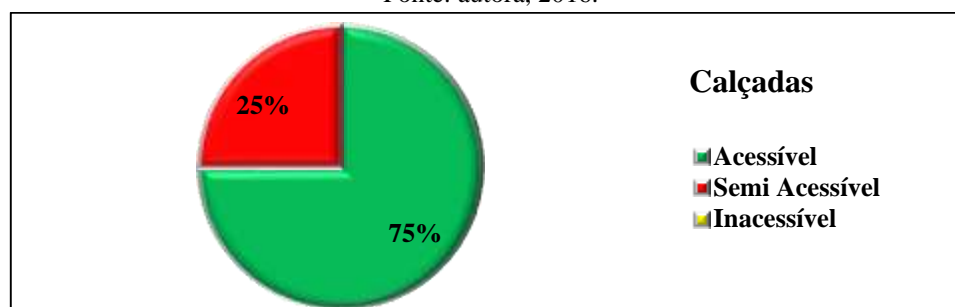


Gráfico 29 - Avaliação da Acessibilidade das Calçadas da Casa da Baronesa.

Fonte: autora, 2016.

A caixa de Inspeção foi instalada, mas pelo material da calçada (pedra) não foi possível evitar ressaltos ou depressões (Gráf. 30-31).

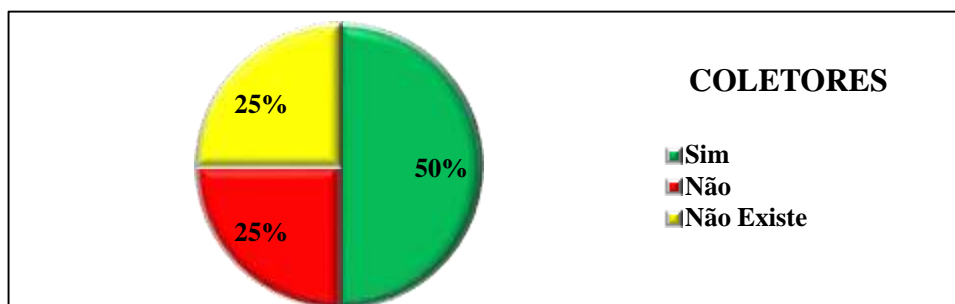


Gráfico 30 - Adequação dos Coletores da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

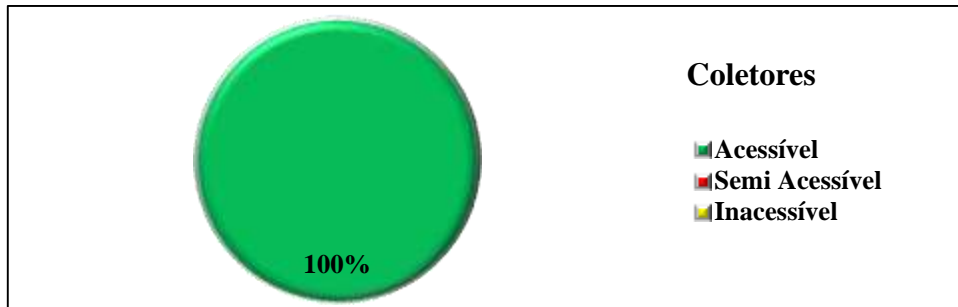


Gráfico 31 – Avaliação da Acessibilidade dos Coletores da Casa da Baronesa.
Fonte: autora, 2016.

A Circulação externa (Gráf. 32-33) dispões de degraus com variadas alturas sem rampas para vencê-los e piso com desníveis variados.

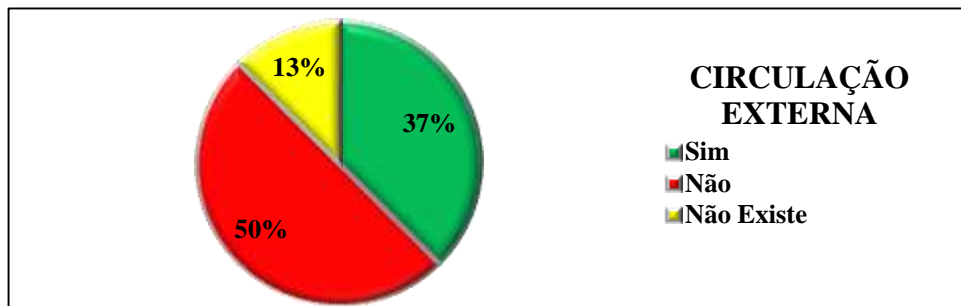


Gráfico 32 - Adequação da Circulação Externa da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.
Fonte: autora, 2016.

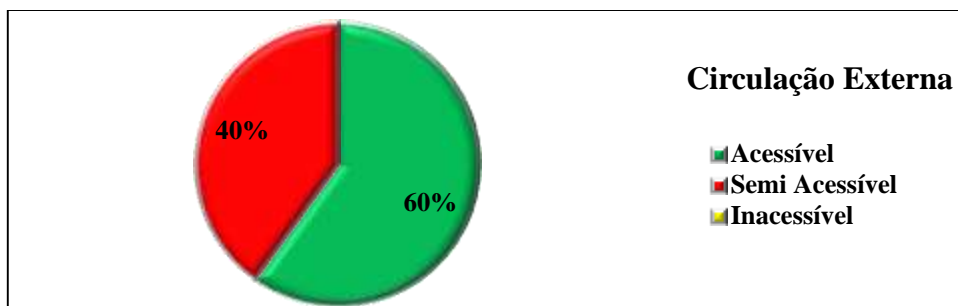


Gráfico 33 – Avaliação da Acessibilidade da Circulação Externa da Casa da Baronesa.
Fonte: autora, 2016.

A circulação interna limita o acesso de PMR Física que usam cadeiras de rodas, por exemplo. Pois há muitos degraus isolados e escadarias de acesso aos diferentes ambientes (Gráf. 34-35). A edificação não dispõe de elevador, plataforma elevatória ou rampas.

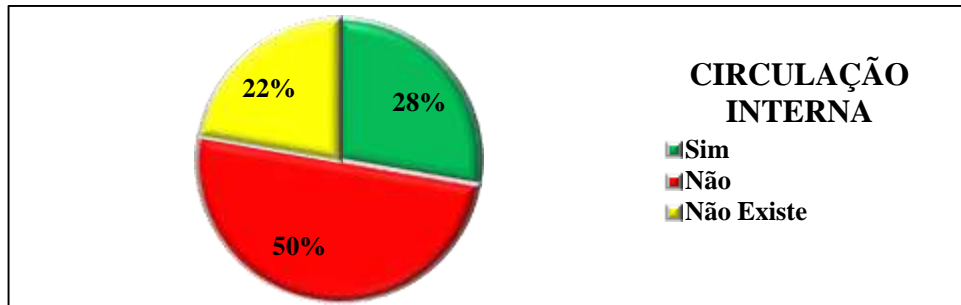


Gráfico 34 - Adequação da Circulação Interna da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.
Fonte: autora, 2016.

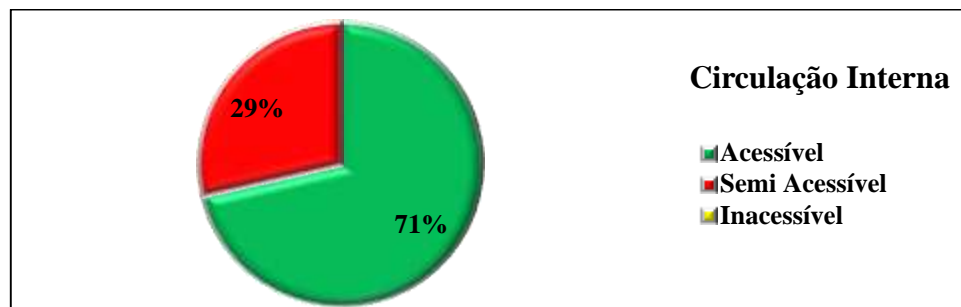


Gráfico 35 - Avaliação da Acessibilidade da Circulação Interna da Casa da Baronesa.
Fonte: autora, 2016.

As escadas apresentam profundidade e piso acima do padrão técnico, são de madeira, pedra e cimento, e não possuem faixa antiderrapante. Há carência de corrimão de guarda-corpo (Gráf. 36-40), o corrimão presente em apenas uma escada é de madeira, com formato não circular.

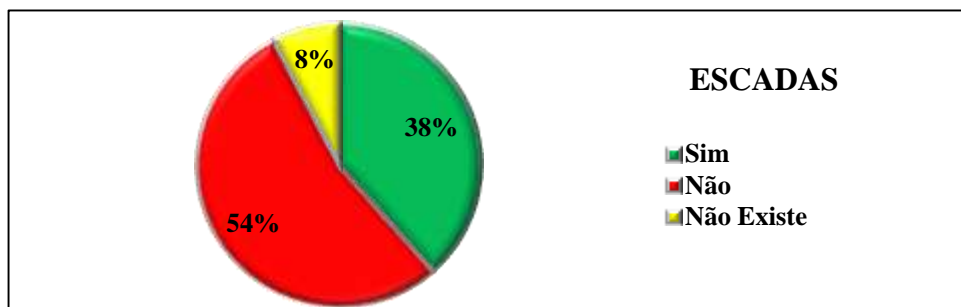


Gráfico 36 - Adequação das Escadas da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.
Fonte: autora, 2016.

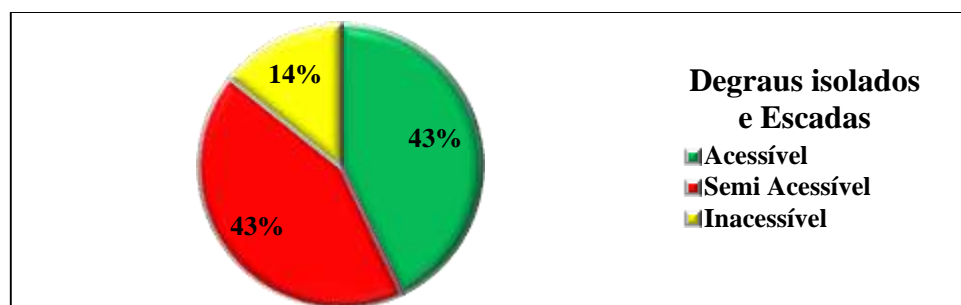


Gráfico 37 - Avaliação da Acessibilidade de Degraus Isolados e Escadas da Casa da Baronesa.

Fonte: autora, 2016.

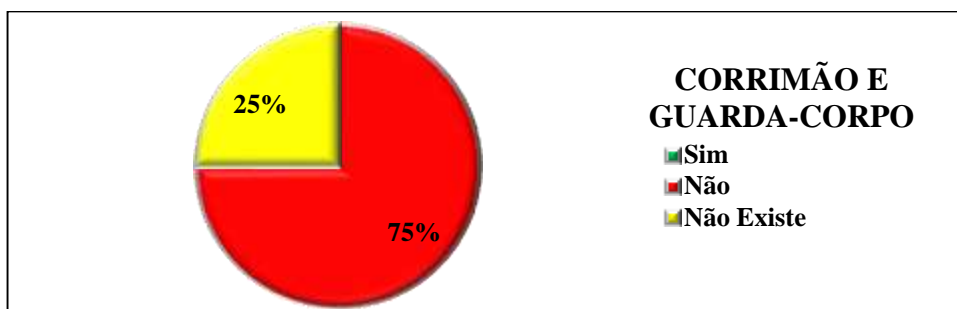


Gráfico 38 - Adequação de Corrimão e Guarda-corpo da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

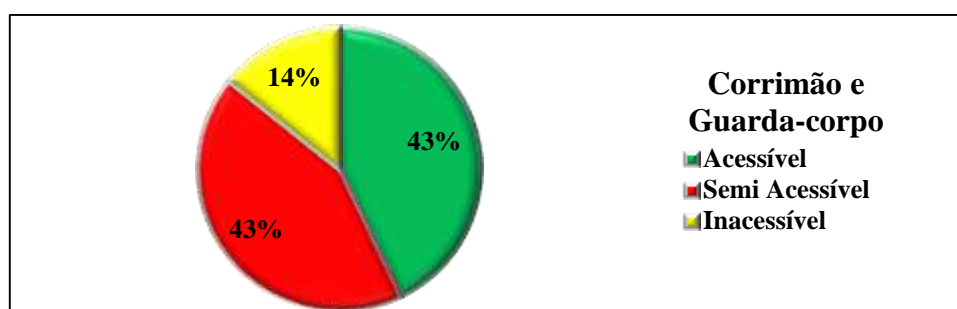


Gráfico 39 – Avaliação da Acessibilidade do Corrimão e Guarda-Corpo da Casa da Baronesa.

Fonte: autora, 2016.

Apenas o sanitário do pavimento térreo foi parcialmente adaptado para acessibilidade. Segue avaliação (Gráf. 40-41).

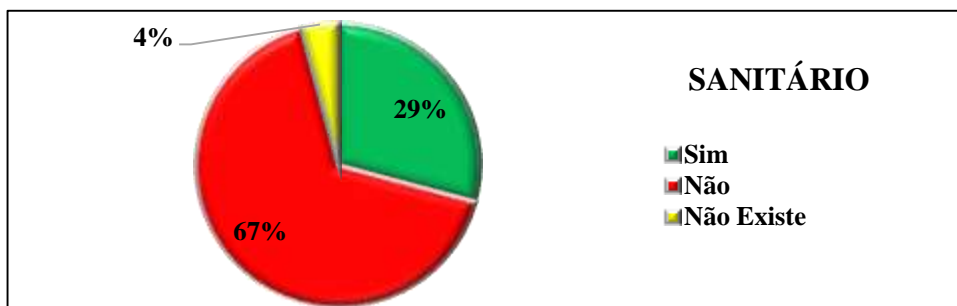


Gráfico 40 - Adequação do Sanitário da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

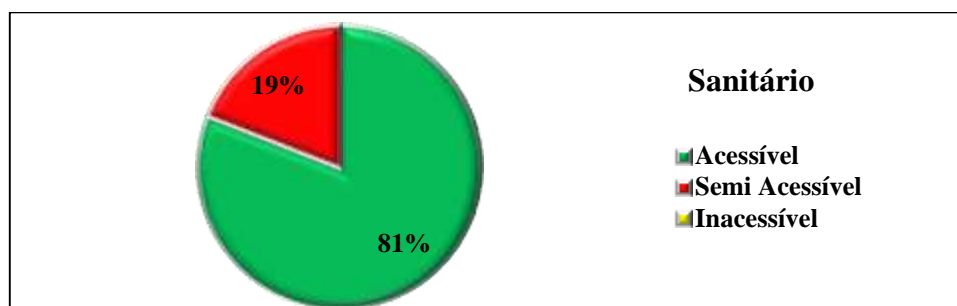


Gráfico 41 – Avaliação da Acessibilidade do Sanitário da Casa da Baronesa.

Fonte: autora, 2016.

As portas são, provavelmente, originais com suas fechaduras antigas. Todas as portas abrem por completo com um único movimento, embora sejam pesadas e não possuam fechaduras (Gráf. 42-43). A abertura e fechamento das portas foi considerada semi acessível.

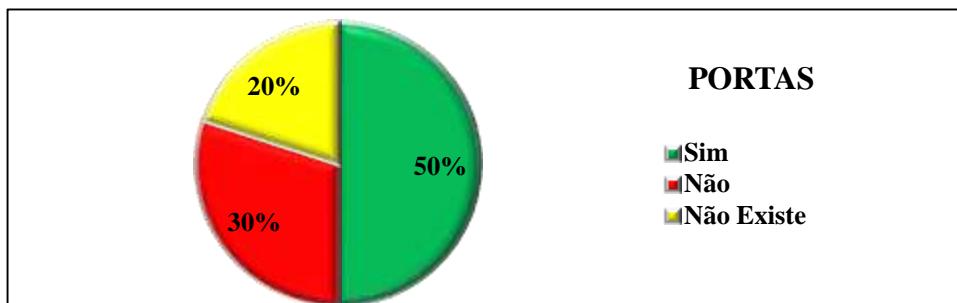


Gráfico 42 - Adequação das Portas da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.
Fonte: autora, 2016.

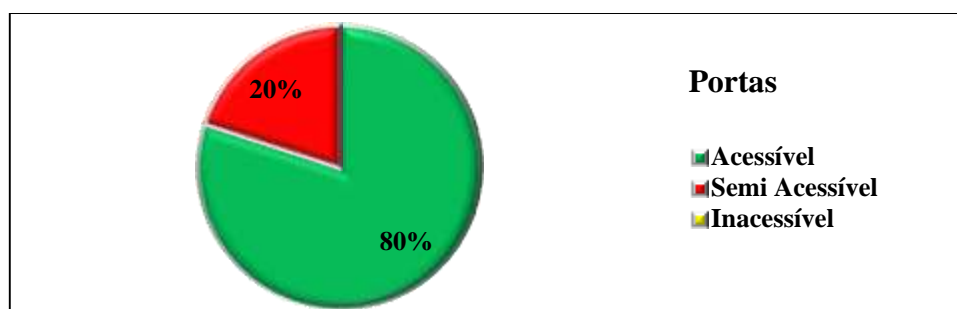


Gráfico 43 – Avaliação da Acessibilidade das Portas da Casa da Baronesa.
Fonte: autora, 2016.

A Casa da Baronesa possui bebedouro apenas no segundo piso, sendo que este limita o uso à parcelas da população pela ausência de equipamentos eletromecânicos que vença os desníveis da escadas. O bebedouro é do tipo galão d'água e fica na cozinha (Gráf. 44-45).

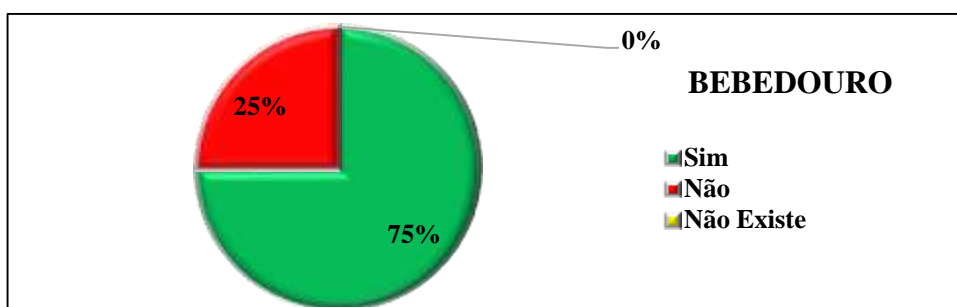


Gráfico 44 - Adequação do Bebedouro da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.
Fonte: autora, 2016.

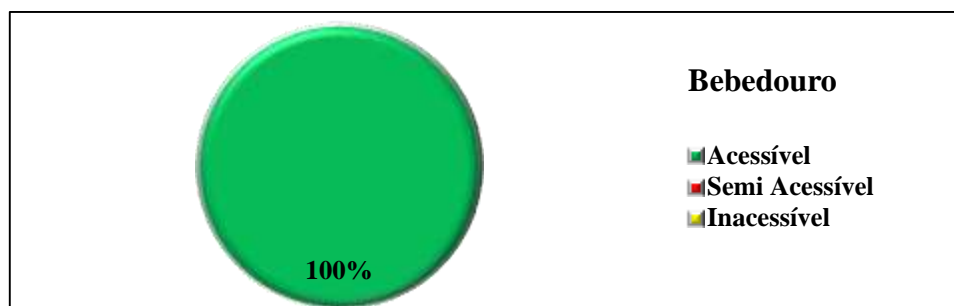


Gráfico 45 – Avaliação da Acessibilidade das Portas da Casa da Baronesa.
Fonte: autora, 2016.

De forma geral, a Casa da Baronesa possui muitas barreiras arquitetônicas que impossibilita o uso dos espaços por diferentes grupos sociais (Gráf. 46).

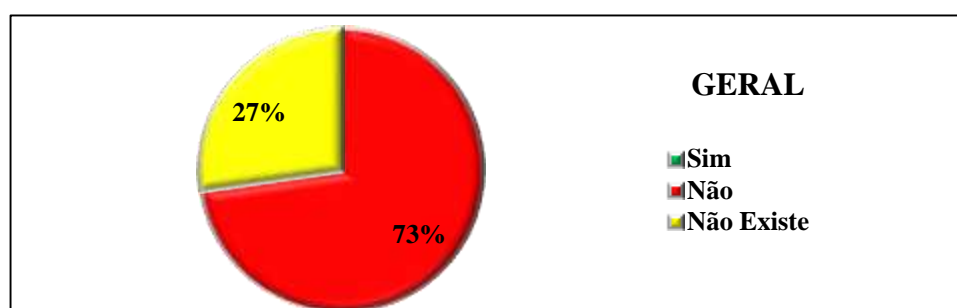


Gráfico 46 - Adequação Geral da Casa da Baronesa à NBR 9050:2015.
Fonte: autora, 2016.

6.3 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição foi avaliada apenas pela Lista de Análise de Deficiência Motora, pois está em processo de restauração, ou seja, a edificação virou um canteiro de obras. Agregando muitos riscos de acidente para uma visita de uma PMR Física para avaliação da Acessibilidade Motora.

As calçadas da Igreja não são padronizadas, incluem diferentes particularidades: largas e estreitas; planas, inclinadas, com escadas e desníveis (Gráf. 47). Não foi constatado presença de coletores e rebaixamento de calçada.

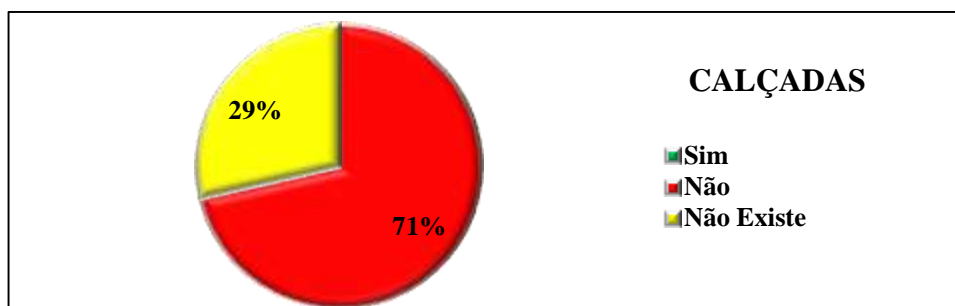


Gráfico 47 - Adequação das Calçadas da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à NBR 9050:2015.
Fonte: autora, 2016.

Na análise da Circulação Externa (Gráf. 48), nenhum item avaliado se adequou à NBR 9050:2015: características do piso, dimensão dos espaços, desníveis, inclinações, degraus e obstáculos.

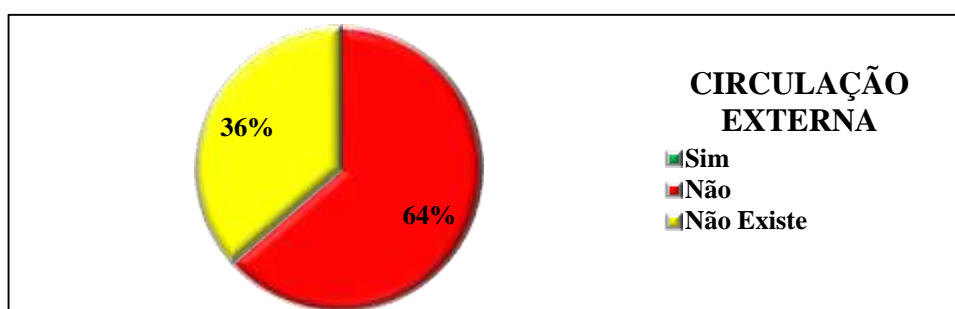


Gráfico 48 - Adequação da Circulação Externa da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à NBR 9050:2015.
Fonte: autora, 2016.

A Circulação Interna, apesar da instalação do canteiro de obras, pode ser avaliada e constatada adequação referente às dimensões dos corredores, superfície dos pisos e inclinação. No que tange à degraus, escadas e corrimãos a identificação foi negativa (Gráf. 49). A edificação não possui elevador, plataforma elevatória e rampa.

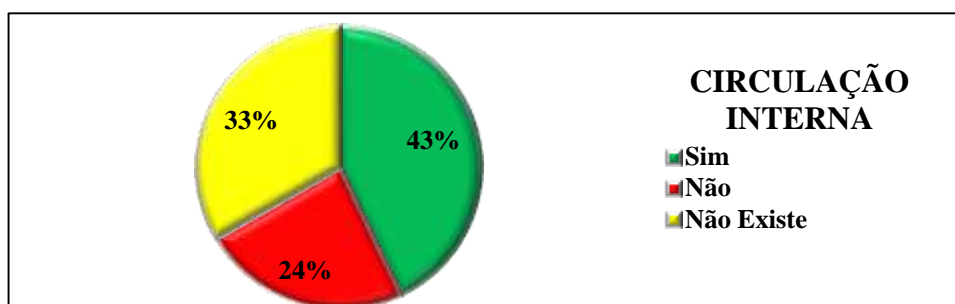


Gráfico 49 - Adequação da Circulação Interna da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à NBR 9050:2015.
Fonte: autora, 2016.

A quantidade de escadas presentes na edificação é significativa (Fig. 13). Estas escadas não atendem ao padrão NBR 9050 (Gráf. 50), cada escada foi avaliada individualmente e somatório verificado (Sim, Não ou Não Existe) foi representado graficamente.



Figura 15 - Escadas do pavimento térreo e superior da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.
Fonte: Travessa (2009), adaptada.

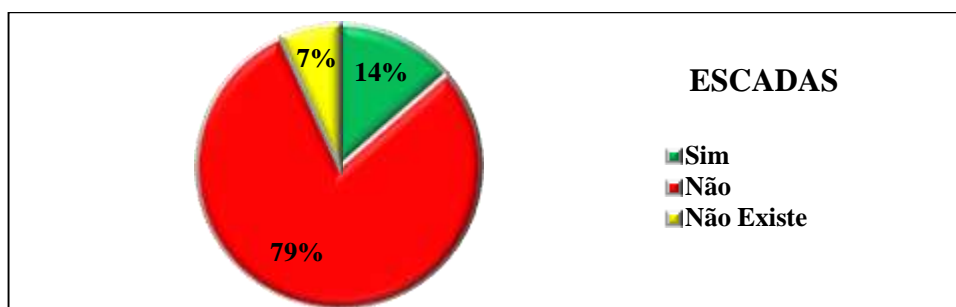


Gráfico 50 - Adequação das Escadas da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à NBR 9050:2015.
Fonte: autora, 2016.

A presença do corrimão é limitada apenas à escada que liga o átrio ao consistório e na escada de acesso ao Museu do Aleijadinho. O guarda-corpo é presente no segundo pavimento, executado em madeira das tribunas e coro para a nave, enquanto nas sacadas individuais é de ferro. Avaliou-os separado e somou o quantitativo de adequação à norma (Gráf. 51).

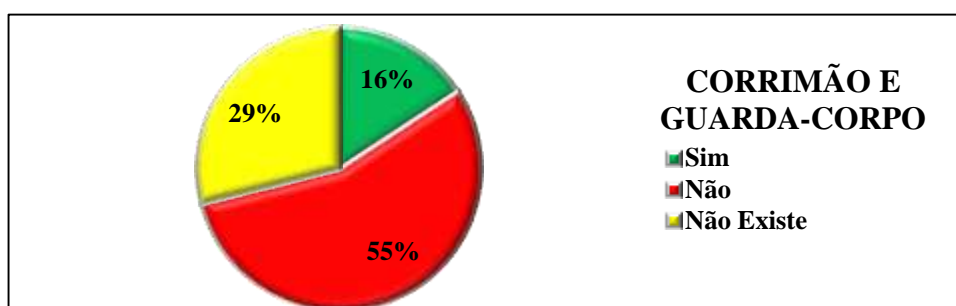


Gráfico 51 - Adequação do Corrimão e Guarda-corpo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

O Banheiro da Matriz é inacessível, situado no corredor lateral à nave, lado a epistola, possui um degrau de 32 cm de altura para acesso, além dos outros degraus da edificação (Gráf. 52). Foi incorporado no vão de uma janela.

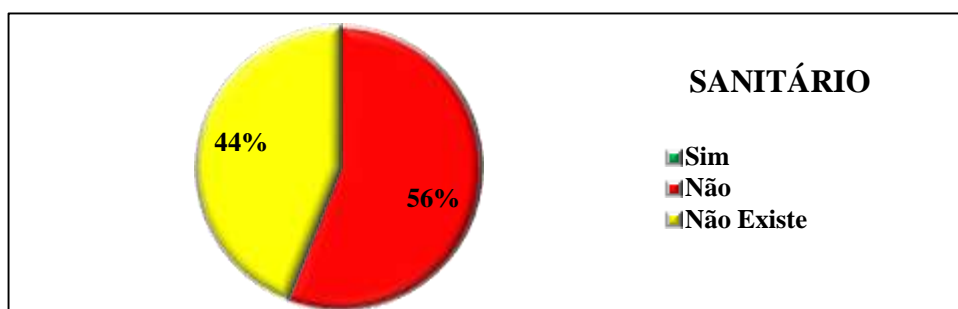


Gráfico 52 - Adequação do Sanitário da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

A dimensão dos vãos das portas foi o único item que se adequou à norma, deixando pendente este quesito quando se trata de portas de duas folhas, junto com a tipologia das maçanetas e dimensões de abertura (Gráf. 53).

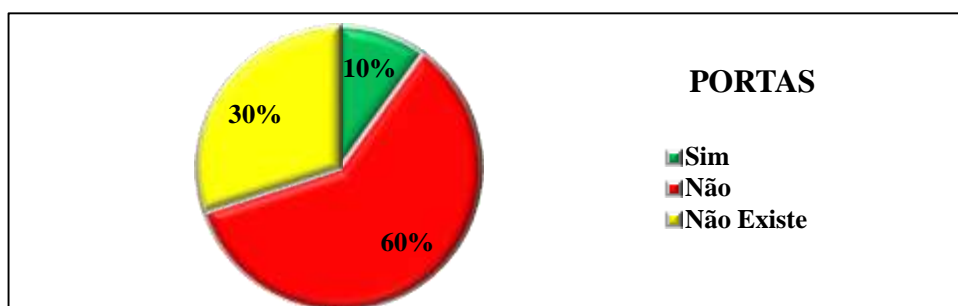


Gráfico 53 - Adequação das Portas da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à NBR 9050:2015.

Fonte: autora, 2016.

A adequação geral da Matriz à NBR 9050 é, de apenas, 9% (Gráf. 54). Situação inadmissível para a importância que esta edificação representa para a cidade, moradores e patrimônio cultural.

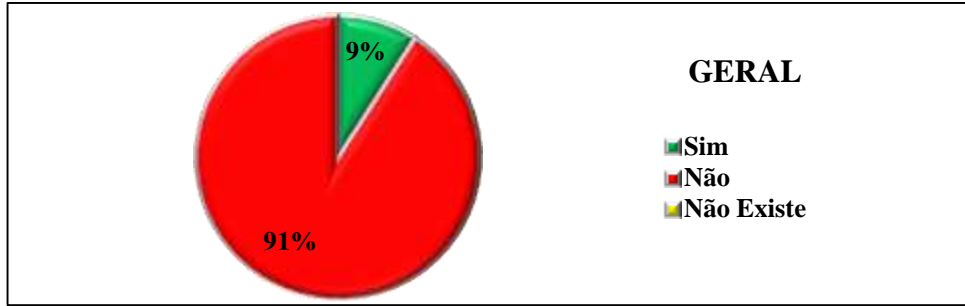


Gráfico 54 - Adequação Geral da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição à NBR 9050:2015.
Fonte: autora, 2016.

7 CONCLUSÃO

A partir das análises dos projetos de restauração, das legislações e execução dos projetos é possível concluir que as normativas e adaptações de acessibilidade têm ficado apenas no âmbito legislativo, pois sua execução e adoção é ainda desconhecida na área de restauração de bens imóveis. Não houve, no desenvolvimento os projetos de restauração dos edifícios estudados, preocupação em buscar soluções para garantir a acessibilidade em tais espaços.

Ouro Preto é símbolo da identidade nacional sim, mas não precisa ser congelada no tempo para manter este título e obedecer às legislações preservacionistas. Cada edificação é singular e merece uma estudo profundo sobre sua história e adequação ao uso, pois se a legislação obriga e ter adaptações para acessibilidade deve-se requer se o uso está adequado ao bem cultural imóvel.

Todo projeto de intervenção deve ser estudado independente, buscando analisar todas as variáveis envolvidas; pois ao se considerar as recomendações dos teóricos da restauração, se resumindo à intervenção mínima, em alguns casos pode não ser suficiente para garantir a utilidade de um edifício ou prevenir sua museificação (congelamento no tempo). O projeto, então, deve ser balanceado com a escolha correta das técnicas de intervenção para garantir o máximo de autenticidade para a obra e sua fruição por todas as parcelas da população, independentemente de suas habilidades.

As conquistas sociais e políticas das pessoas com deficiência não podem ser ignoradas. As pessoas com deficiência e mobilidade reduzida têm o direito de usufruir de espaços público e coletivos com as oportunidades das outras parcelas da população. O número de pessoas de pessoas que se enquadram no grupo de pessoas com mobilidade tem crescido e as ações inclusivas devem ser providencias agora. A legislação precisa ser cumprida, observando as limitações dos bens culturais imóveis.

Na avaliação quantitativa da acessibilidade geral com base nos paramentos normativos da NBR 9050:2015, o edificio do Museu da Inconfidência apresentou 27% de adequação à norma. Enquanto a Casa da Baronesa e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição só apresentaram divergências. Estas duas edificações tiveram projeto de restauração após a IN nº 01/20003, e o projeto foi aprovado pelas entidades regulamentadoras (IPHAN, Prefeitura e outras) sem o cumprimento das legislações ou discussões de possibilidades de

adequações de acessibilidade. O Museu da Inconfidência apresentou projetos de intervenção por iniciativa do próprio Diretor, que identificou tais necessidades.

O diagnóstico da acessibilidade, reforçado pela análise qualitativa, evidencia a necessidade desenvolver soluções que conciliem a preservação e a acessibilidade motora. As características atuais destas edificações limitam o acesso. O resultado desta análise seria ainda mais crítico de a pessoa avaliadora se locomovesse apenas através da cadeira de rodas.

O Museu da Inconfidência é uma referência para Ouro Preto em relação às intervenções para acessibilidade, reflexo da gestão do Diretor Rui Mourão, que busca profissionais especializados no assunto para desenvolvimento dos projetos. Como visto, a aprovação de um projeto perdura anos, pois cada dia surge um novo empecilho, e se a equipe responsável não for perseverante, acaba ficando apenas no papel.

A Casa da Baronesa, de acordo com a IN nº 01/03, por abrigar o Escritório Técnico do IPHAN deveria adotar soluções de acessibilidade em curto prazo, para proporcionar à população o efeito demonstrativo. As plantas de intervenção nos sistemas construtivos da edificação são a base para o desenvolvimento de soluções de acessibilidade, pois é possível identificar o melhor local para adaptações, respeitando a autenticidade do monumento.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição possui muitas escadas para acesso e no seu interior, adaptações de acessibilidade facilitaria o acesso dos próprios moradores locais que se enquadram no grupo de mobilidade reduzida. O estudo das intervenções nas estruturas do edifício a partir dos relatórios das últimas obras de restauração é o começo para fundamentar as propostas de adaptação.

A impraticabilidade de adaptações de acessibilidade em prol da legislação preservacionista não foi identificada. No caso do Museu da Inconfidência, o projeto foi apresentado ao IPHAN, que apontou determinadas correções e, posteriormente, o Ministério Público, mas foi aceito. Os demais projetos analisados não apresentaram propostas de acessibilidade.

Por se tratar de obras desenvolvidas com o dinheiro público, o desenvolvimento de projetos de restauração ocorre por meio de licitações. Estas licitações possuem as especificações dos projetos que devem ser desenvolvidos, como por exemplo Projeto Estrutural e Projeto Elétrico, desta forma, também deve conter a especificação de “Projeto Arquitetônico de Acessibilidade”. Quem sabe com esta premissa, os profissionais e empresas interessadas assumam este compromisso e valorizem esta necessidade humana. Pois os profissionais

atuantes e envolvidos em projetos de restauração não possuem a consciência da importância e dos direitos que isto representa para a população, em especial para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

As instituições de ensino superior devem despertar nos profissionais em formação este olhar que identifique concilie as habilidades profissionais às necessidades humanas. O Curso Superior de Conservação e Restauro de Bens Imóveis, do IFMG – Campus Ouro Preto, por exemplo, deve incluir entre as atividades das disciplinas de Prática de Restauração, conteúdos sobre as legislações que abrangem o assunto. No desenvolvimento do Diagnóstico do edifício deve ser apontado as características que limitam o acesso aos bens culturais. E na elaboração da Proposta de Intervenção, propor debates sobre possíveis intervenções que sejam reversíveis e interfiram o mínimo possível nas características originais da edificação.

Todos os objetivos previstos foram alcançados com êxito, mas isto é apenas o início de uma longa discussão. Muitas pesquisas e análises devem ser feitas, como em prédios comerciais e residenciais, além de outros edifícios não abrangidos nesta pesquisa. Outro aspecto é desenvolver a análise da acessibilidade visual e auditiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANBT. **NBR 9050:2015 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015, 4ª ed.
- ANDRADE, M. **A arte religiosa no Brasil**. São Paulo: Experimento; Giordano, 1993.
- BANDEIRA, M. **Guia de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- BICCA, B. E. P. (org.); BICCA, P. R. S (org.). **Arquitetura na Formação do Brasil**. Brasília: UNESCO, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008.
- BONAMETTI, J. H. A arquitetura eclética e a modernização da paisagem urbana brasileira. *Revista Científica FAP*. Curitiba, v. 1, jan./dez. 2006, p. 1-11.
- BRAGA, S. M. N. (sup.). A pesquisa arqueológica nas ações de preservação. *In: IPHAN. Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração*. Brasília: IPHAN, 2002, p. 12-16.
- BRANDI, C. Teoria da Restauração [Teoria del Restauro]. Trad. KÜHL, B. M. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; IBGE, 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 26 jan. 2016.
- OLIVEIRA, L. M. B. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967**. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em 14 mar. 2015.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em 14 mar. 2015.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em 14 mar. 2015.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em 14 mar. 2015.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Rio de Janeiro, 22 de Abril de 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em 14 mar. 2015.

BRASIL. Decreto Federal nº 22.928, de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1933. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=32122>>. Acesso em 14 mar. 2015.

BRASIL. Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. DOU, Brasília, 21 de dezembro de 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em 14 mar. 2015.

BRASIL. Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. DOU, Brasília, 24 de outubro de 1989. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm>. Acesso em 14 mar. 2015.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.314, de 19 de agosto de 2010.** Altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; revoga dispositivos da Lei no 10.678, de 23 de maio de 2003; e dá outras providências. DOU, Brasília, 19 de agosto de 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12314.htm>. Acesso em 14 mar. 2015.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. DOU, Brasília, 3 de dezembro de 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em 14 mar. 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. DOU, Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1937. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em 14 mar. 2014.

BRASIL. **Lei Federal nº 7.405, de 12 de novembro de 1985.** Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7405.htm>. Acesso em 14 mar. 2015.

BRASIL. **Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm>. Acesso em 14 mar. 2015.

BURMEISTER, H. **Viagem ao Brasil.** Berlim, 1853. Disponível em: <<http://picasaweb.google.com/lh/photo/ZGkhU8WMDDC7LwSEKfEB0A?feat=embedwebsit>e>. Acesso em: 25 nov. 2015.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA. **Cartilha de Acessibilidade a edificações, espaços e equipamentos urbanos**. Brasília, v. 1, jun. 2010. Disponível em: <acessibilidade.net.br/.../cartilhas/Cartilha-Acessibilidade-Caixa-Economica.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2015

COMISSÃO Interamericana dos Direitos Humanos. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala 28 maio 1999.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. - CREA-RJ. **Lista de Verificação – Deficiência Motora**. Disponível em: <http://app.crea-rj.org.br/portalcraev2midia/documentos/listaverificacao_acessibilidade_deficiencia_motora.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2015.

CSEPCSÉNYI, A. C.; RIBEIRO, R. T. M.; SALGADO, M. S.; 2006. Análise do processo de projetos de restauração sob a ótica da Gestão da Qualidade. **XI Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído**. Florianópolis/SC, 23-25 ago. 2006, p. 1491 a 1501.

DESVALLÉES, A. (ed.); MAIRESSE, F. (ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. Trad. SOARES, B. B.; CURY, M. X. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus / Pinacoteca do Estado de São Paulo / Secretaria de Estado da Cultura, 2013, 100 p. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf>. Acesso em: 13 set. 2015.

DICHER, M.; TREVISAM, E. **A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana**. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b>>. Acesso em: Acesso em 14 mar. 2015.

FONSECA, J. F. M. **Tradição e Modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital**. 1998, 147 f. Dissertação (Mestrado), Departamento de História, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

ILVA, R. H. T.; BRUSADIN, L. B. **O uso turístico do patrimônio cultural em Ouro Preto**. Revista de Cultura e Turismo, v. 6. n. 1, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Brasília/DF, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003.** Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. *In:* RIBEIRO, S. B. (org.). **Mobilidade e acessibilidade em Centros Históricos.** Brasília: IPHAN, 2014, Cadernos Técnicos, nº 9.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **PORTARIA Nº 420, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.** Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1703>>. Acesso em 14 mar. 2015.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MARTINS, L. B.; MONTEIRO, C. M. G.; RIBEIRO, G. S. O desafio da acessibilidade física diante da sacralização do Patrimônio Histórico e Cultural. **Cadernos PROARQ**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 131-151, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.proarq.fau.ufrj.br/revista/public/docs/cadernosproarq19.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2015.

MONTOVANI, A. L. **Melhorar para não mudar: ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG, 1885-1897.** 2007, 178 f. Dissertação (Mestrado), Programa Estudos de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/nehcit/txt/mantovani.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2015.

NAVARRETE, R. D. L. A arquitetura na perspectiva da evolução do espaço-tempo. **Sociedade em Debate**, v. 4, n. 2, p. 113-130, 2012.

OLIVEIRA, A. M. F. **Acessibilidade - Comparação das Leis dos Países do MERCOSUL.** 2008, Brasília: Câmara dos Deputados, jun. 2008. Disponível em: <www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/.../areas.../2007-9254.pdf>. Acesso em: 13 set. 2015.

OLIVEIRA, M. A. R.; CAMPOS, A. A. **Barroco e Rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana.** Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração dos Direitos da Pessoas Deficientes.** Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09 de dezembro de 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília, 1998, 4ª rev. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

PAIVA, E. K. G. **Acessibilidade e Preservação em Sítios Históricos:** o caso de São Luis do Maranhão. 2009, 177 f. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em <repositorio.unb.br/.../1/2009_EllayneKellyGamadePaiva_ate_pag_92.pdf>. Acesso em 14 nov. 2015.

PINHEIRO, M. L. B. A história da arquitetura brasileira e a preservação do patrimônio cultural. **Revista CPC**, n. 1, p. 41-74, 2006.

PIRES, A. Homens e fatos de meu tempo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. *Apud* MONTOVANI, A. L. **Melhorar para não mudar:** ferrovia, intervenções urbanas e seu impacto social em Ouro Preto-MG, 1885-1897. 2007, 178 f. Dissertação (Mestrado), Programa Estudos de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/nehcit/txt/mantovani.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2015.

PLATÃO. **A República.** Disponível em: <http://www.eniopadilha.com.br/documentos/Platao_A_Republica.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

RESENDE, A. P. C.; VITAL, F. M. P. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; CONADE Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

RIBEIRO, G. S. **Proposta de procedimentos metodológicos para avaliação da acessibilidade física em sítios históricos urbanos.** Dissertação (Mestrado em Design). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Design, Recife, 2008.

RIBEIRO, R. T. M.; PIMENTEL, V. L.; COELHO, C. M. T.; ANDRADE, I. E. ; MELO, C. M. S. . Olhares sobre o patrimônio edificado: o conceito de valor. *In: XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz / Associação Nacional de História - ANPUH, 2005, Londrina. Londrina: Editora Mídia, 2005.*

RIBEIRO, S. B. (org.). **Mobilidade e acessibilidade em Centros Históricos**. Brasília: IPHAN, 2014, Cadernos Técnicos, nº 9.

SILVA, O. M. **A pessoa com deficiência na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.

SMITH, M. As diferentes tipologias das casa e sobrados tradicionais luso-portugueses de São Luís. **São Luís 400: uma riqueza arquitetônica**. Disponível em: <http://www.undb.edu.br/arquivos/downloads/arquitetura_dicassbpc.pdf>. Acesso em: 13 set. 2015.

VASCONCELLOS, S. **Vila Rica**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1956.

APÊNDICE A: LISTA DE AVALIAÇÃO - ACESSIBILIDADE MOTORA



ANÁLISE DA DIALÉTICA
PRESERVAÇÃO E ACESSIBILIDADE
MOTORA EM EDIFICAÇÕES TOMBADAS
DE USO PÚBLICO E COLETIVO DO SÍTIO
HISTÓRICO DE OURO PRETO

**CURSO SUPERIOR
DE TECNOLOGIA
EM CONSERVAÇÃO
E RESTAURAMENTO IFMG**

Lista de Avaliação – Acessibilidade Motora	Fls: 01 / 05
--	--------------

Dados do Avaliador	
Nome:	Idade:
Forma de deficiência física:	<input type="checkbox"/> Paraplegia <input type="checkbox"/> Paraparesia <input type="checkbox"/> Monoplegia <input type="checkbox"/> Monoparesia <input type="checkbox"/> Tetraplesia <input type="checkbox"/> Triplegia <input type="checkbox"/> Triparesia <input type="checkbox"/> Hemiplegia <input type="checkbox"/> Hemiparesia <input type="checkbox"/> Ostomia <input type="checkbox"/> Nanismos <input type="checkbox"/> Paralisia cerebral <input type="checkbox"/> Amputação ou ausência de membro <input type="checkbox"/> Membros com deformidade congênita ou adquirida

Dados do Empreendimento Avaliado			
Órgão/Empresa:		Data:	
Endereço:	Nº:	Complemento:	
Bairro:	CEP:	Município:	UF:
Tipo de Utilização: <input type="checkbox"/> Público <input type="checkbox"/> Coletivo <input type="checkbox"/> Privado			

Calçadas [item 6.1 e 6.10 da NBR9050/2015]			
Superfície do piso (regular, firme, estável e antiderrapante)	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Inclinação do piso	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Desníveis (até 15mm)	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Degraus da rota acessível	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Faixa livre (desobstruída e isenta de interferências)	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Observações: _____			

Rebaixamento de Calçadas [item 6.10.11 da NBR9050/2015]			
Superfície do piso (regular, firme, estável e antiderrapante)	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Inclinação do piso	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Observações: _____			

Circulação Externa [item 4.3.1, 5.9.1, 6.1, 6.6 e 6.10.4 da NBR9050/2015]			
Dimensão da área de circulação para deslocamento	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Sinalização visual	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Superfície do piso (regular, firme, estável e antiderrapante)	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Desníveis (até 15mm)	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Degraus isolados	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Escadas fixas na rota acessível	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Rota que vence o desnível de escadas fixas	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Observações: _____			



ANÁLISE DA DIALÉTICA
PRESERVAÇÃO E ACESSIBILIDADE
MOTORA EM EDIFICAÇÕES TOMBADAS
DE USO PÚBLICO E COLETIVO DO SÍTIO
HISTÓRICO DE OURO PRETO

**CURSO SUPERIOR
DE TECNOLOGIA
EM CONSERVAÇÃO
E RESTAURADO IFMG**

Lista de Avaliação – Acessibilidade Motora	Fls: 02 / 05
--	--------------

Coletores [item 6.1.5 e 6.1.6 da NBR9050/2015]			
Instalação de grelas e juntas de dilatação na rota	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Piso com tampas de caixa de inspeção e visita	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Observações: _____			

Circulação Interna [item 6.9 da NBR9050/2015]			
Circulação pelos corredores (desnível, inclinação, largura)	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Dimensões de portas e vãos livres	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Piso com trilhos e guias inferiores de portas de correr	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Desníveis (até 15mm)	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Degraus isolados	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Escadas fixas na rota acessível	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Rota que vence o desnível de escadas fixas	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Rampas (inclinação, piso, largura)	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Utilização de guarda-corpo	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Disposição de elementos (lixeira, extintor) fora da área de circulação	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Disposição de placas de sinalização	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Observações: _____			

Circulação Vertical: Elevadores [item 6.1.7.1, 6.8.2 e 6.9.2.1 da NBR9050/2015]			
Acesso ao elevador	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Dimensão da cabine	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Piso da cabine (antiderrapante)	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Dimensão dos botões de chamada externo	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Dimensão dos botões (de comando e de emergência) da cabine	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Altura do painel de comando	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Corrimão nos painéis laterais e fundo da cabine	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Iluminação da cabine	()Acessível	()Semi acessível	()Inacessível
Observações: _____			



ANÁLISE DA DIALÉTICA
PRESERVAÇÃO E ACESSIBILIDADE
MOTORA EM EDIFICAÇÕES TOMBADAS
DE USO PÚBLICO E COLETIVO DO SÍTIO
HISTÓRICO DE OURO PRETO

CURSO SUPERIOR
DE TECNOLOGIA
EM CONSERVAÇÃO
E RESTAURAMENTO IFMG

Lista de Avaliação – Acessibilidade Motora	Fls: 03 / 05
--	--------------

Rampas [item 6.1.7.1, 6.8.2 e 6.9.2.1 da NBR9050/2015]			
Piso da rampa e patamares (antiderrapante)	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Inclinação da rampa	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Largura da rampa	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Patamares no início e término da rampa	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Corrimão (altura e prolongamento)	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Observações: _____			

Degraus e escadas fixas em rotas acessíveis [item 6.6 da NBR9050/2015]			
Degraus isolados	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Altura dos degraus de escadas fixas	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Patamar dos degraus de escadas	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Largura das escadas	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Patamares das escadas	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Corrimão (altura e prolongamento)	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Piso (antiderrapante)	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Observações: _____			

Corrimão e Guarda-corpo [item 6.7 da NBR9050/2015]			
Sinalização	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Disposição em escadas fixas, degraus isolados e rampas	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Largura (diâmetro) do corrimão	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Afastamento entre o corrimão e a parede	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Prolongamento do corrimão	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Corrimão (altura e prolongamento)	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Altura do guarda-corpo	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Observações: _____			

Portas [item 6.9 da NBR9050/2015]			
Dimensão do vão das portas	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Abertura e fechamento das portas	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Altura das maçanetas	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Desnível das soleiras das portas	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Superfície do piso com trilhos ou guias inferiores	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Observações: _____			



ANÁLISE DA DIALÉTICA
PRESERVAÇÃO E ACESSIBILIDADE
MOTORA EM EDIFICAÇÕES TOMBADAS
DE USO PÚBLICO E COLETIVO DO SÍTIO
HISTÓRICO DE OURO PRETO

**CURSO SUPERIOR
DE TECNOLOGIA
EM CONSERVAÇÃO
E RESTAURAMENTO IFMG**

Lista de Avaliação – Acessibilidade Motora	Fls: 04 / 05
--	--------------

Sanitário [item 7 da NBR9050/2015]			
Localização do sanitário/vestiário	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Sinalização	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Altura da barra de apoio	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Espessura (diâmetro) da barra de apoio	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Distância entre a parede e a barra de apoio	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Localização das barras de apoio	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Piso (antiderrapante)	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Área de transferência	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Altura da bacia sanitária	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Acionamento da descarga	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Disposição da papeleira	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Abertura e fechamento da porta	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Largura da porta	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Altura do lavatório	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Área de aproximação frontal do lavatório	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Acionamento da torneira do lavatório	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Distância do comando da torneira	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Disposição da saboneteira	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Disposição do toalheiro	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Altura do espelho	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Observações: _____			

Superfície para Refeições ou Trabalho ou Balcão [item 9.3 e 9.5 da NBR9050/2015]			
Altura da mesa	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Aproximação frontal das mesas	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Altura do balcão (vendas/serviços)	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Aproximação frontal dos balcões	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Observações: _____			

Bebedouro [item 9.1 da NBR9050/2015]			
Localização do bebedouro	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Altura do bebedouro	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Altura da bica	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Controle da bica	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Observações: _____			



ANÁLISE DA DIALÉTICA
PRESERVAÇÃO E ACESSIBILIDADE
MOTORA EM EDIFICAÇÕES TOMBADAS
DE USO PÚBLICO E COLETIVO DO SÍTIO
HISTÓRICO DE OURO PRETO

CURSO SUPERIOR
DE TECNOLOGIA
EM CONSERVAÇÃO
E RESTAURAMENTO IFMG

Lista de Avaliação – Acessibilidade Motora

Fls: 05 / 05

Cinemas, Teatros, Auditórios e Similares [item 8.2.1 da NBR9050/2015]			
Área para transposição de obstáculos fixos (portas e outros)	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Espaços reservados	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Localização dos espaços reservados	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Ângulo de visão	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Espaço livre frontal	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Acesso ao palco	<input type="checkbox"/> Acessível	<input type="checkbox"/> Semi acessível	<input type="checkbox"/> Inacessível
Observações: _____			